



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
JEAN CARLOS FERREIRA VILHENA

PELOS OLHOS DO POVO: uma análise sobre a presença de famílias tradicionais politicamente ou com poder político, no processo eleitoral de 2008 no município de Macapá.

MACAPÁ-AP
2011

JEAN CARLOS FERREIRA VILHENA

PELOS OLHOS DO POVO: uma análise sobre a presença de famílias tradicionais politicamente, ou com poder político, no processo eleitoral de 2008 no município de Macapá.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção de título de Bacharel e licenciado Pleno em Ciências Sociais. Sob orientação do Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão.

MACAPÁ-AP
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Vilhena, Jean Carlos Ferreira

Pelos olhos do povo: uma análise sobre a presença de famílias tradicionais politicamente, ou com poder político, no processo eleitoral de 2008 no município de Macapá / Jean Carlos Ferreira Vilhena; orientador Richard Douglas Coelho Leão. Macapá, 2011.

80 f.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Ciência política. 2. Ação política. 3. Relação poder-política-família. I. Leão, Richard Douglas Coelho, orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD. 22.ed. 322.4

JEAN CARLOS FERREIRA VILHENA

PELOS OLHOS DO POVO: uma análise sobre a presença de famílias tradicionais politicamente ou com poder político, no processo eleitoral de 2008 no município de Macapá.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel Licenciado Pleno em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá. Submetido à banca examinadora do Colegiado de Ciências Sociais composta pelos

Professores:

Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão.
Orientador

Prof. Msc. Fátima Lucia Carrera Guedes

Prof. Esp. Raimundo de Lima Brito

Julgado em: ____/____/____

Conceito: _____

A Maria José, minha MAGNIFICA MÃE,
A Annyksson Ruan, meu MARAVILHOSO IRMÃO,
a Josiane Viana, meu GRANDE AMOR,
Pessoas fundamentais para o meu ser e partes essenciais de minha vida e pelas
quais traço meus rumos diários.

A Célio Ubiratan. In memoriam

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 CAPÍTULO I: PODER, POLÍTICA E ESTADO.....	11
1.1 O PODER.....	11
1.1.1 O poder para Foucault.....	11
1.2 A POLÍTICA.....	13
1.3 O ESTADO.....	14
1.3.1 Concepções marxistas e liberal sobre o Estado.....	15
1.4 POLÍTICA, PODER E ESTADO EM WEBER.....	17
1.5 A FORMAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL.....	19
1.5.1 A República burguesa no Brasil.....	21
1.6 O ESTADO OLIGÁRQUICO E O ESTADO POPULISTA.....	22
1.6.1 O Estado oligárquico.....	23
1.6.2 O Estado oligárquico no Brasil.....	24
1.6.3 Coronelismo.....	25
1.6.4 Sistema de reciprocidade do coronelismo.....	27
1.6.5 O Estado populista.....	27
1.6.6 O colapso do populismo.....	29
1.7 O POVO NO ESTADO OLIGÁRQUICO E NO ESTADO POPULISTA.....	30
1.7.1 O povo no Estado oligárquico.....	30
1.7.2 O povo no Estado populista.....	31
1.7.3 Aspectos comuns.....	31
2. CAPÍTULO II: PARENTESCO E PODER.....	33
2.1. A FAMÍLIA.....	33
2.1.1 A crise da instituição familiar.....	36
2.1.2 Relações de parentesco.....	37
2.1.3 O clã e a linhagem.....	37
2.2 FAMÍLIA, POLÍTICA E PODER.....	38
2.2.1 relações de parentesco e o Poder.....	39
2.3 “POLÍTICA É ASSUNTO DE FAMÍLIA” O PODER DAS FAMÍLIAS EM	

MACAPÁ.....	42
2.4 PARTIDOS E FAMÍLIAS (OPOSIÇÕES DE CONVENIÊNCIA).....	43
3 CAPÍTULO III: A PESQUISA.....	47
3.1 OBJETIVO.....	47
3.2 FUNDAMENTAÇÕES PARA A PESQUISA.....	48
3.2.1 Os procedimentos adotados na pesquisa.....	50
3.3 OS CANDIDATOS A VEREADOR CITADOS NA PESQUISA.....	56
3.3.1 Os candidatos que pertencem a famílias tradicionais politicamente, citados na pesquisa.....	56
3.3.2 Os candidatos que foram apoiados por famílias tradicionais politicamente, mas que não pertenciam a elas, citados na pesquisa.....	57
3.3.3 Os candidatos que pertencem a famílias com poder político, mas que não são tradicionais politicamente, citados na pesquisa.....	58
3.4 OS CANDIDATOS A PREFEITO, CITADOS NA PESQUISA.....	58
3.5 SOBRE AS MOTIVAÇÕES À DEFINIÇÃO DOS VOTOS.....	62
3.6 O ENTENDIMENTO SOBRE A PRESENÇA DE FAMÍLIAS NO PROCESSO POLÍTICO DE 2008.....	64
3.6.1 Conclusões sobre a pesquisa.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE.....	77

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - eleitores do sexo masculino e feminino que foram consultadas na pesquisa – 2010.....	51
TABELA 2 - Referente a escolaridade dos participantes da pesquisa – 2010.....	51
TABELA 3 - Referente a renda familiar dos consultados na pesquisa – 2010.....	52
TABELA 4 - Referente a faixa etária dos consultados na pesquisa – 2010.....	52
TABELA 5 - Candidatos ao cargo de prefeito citados na pesquisa.....	54
TABELA 6 - Candidatos ao cargo de vereador lembrados na pesquisa – 2010.....	55
TABELA 7 - Quadro de vereadores eleitos em Macapá em 2008.....	60
TABELA 8 - referente as motivações à definição do voto – 2010.....	62
TABELA 9 - referente a observação do aspecto – 2010.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Você lembra em quem votou nas eleições de 2008 em Macapá? Se sim em quem?.....	53
GRÁFICO 02 - Você conhecia o passado e histórico político do candidato em que votou?..	62
GRÁFICO 03 - Sobre os efeitos desse aspecto para a sociedade e política local.....	65
GRÁFICO 04 - Sobre a importância desse aspecto para os candidatos.....	66
GRÁFICO 05 - As condições de presença desse aspecto são entendidas como.....	66
GRÁFICO 06 - Sobre a influência dessa prática no resultado das eleições.....	67
GRÁFICO 07 - Sobre as causas dessa prática.....	67
GRÁFICO 08 - Sobre as consequências dessa prática.....	68

Lista de siglas

DEM – Democratas

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido Municipalista Nacional

PP – Partido progressista

PR – Partido Republicano

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

INTRODUÇÃO

A produção científica é uma tarefa árdua e que requer o máximo de atenção e cuidado em seu transcorrer. Ao se tentar desenvolver um trabalho nesse universo, faz-se necessário a utilização de noções corretas e adequadas para alcançar o que se pretende. Nesse trajeto percebe-se que os objetos envolvidos podem ser possuidores de qualidades extremamente complexas, porém, com fundamental importância. No que se refere a questões oriundas do meio político, essa complexidade pode ganhar contornos bem maiores.

Sendo produzida socialmente, a política possui uma variedade de aspectos e direcionamentos, cujos efeitos são sentidos em diversos níveis. É uma prática humana composta por elementos condicionantes de realidades assimétricas, possui a capacidade de renovar-se e ao mesmo tempo manter aspectos retrógrados.

Desse modo, o estudo aqui apresentado se constitui como um exercício de reflexão sobre os mecanismos que engendram a atividade política. Busca elencar uma série de aspectos que compõem o fazer político. E entre os exemplos que podem ser observados no trabalho destacam-se:

- A relação povo/Estado (a condição e a forma de tratamento do povo em determinadas formas estatais);
- A relação poder/política/família (enfatizando a busca pelo poder, sustentada na tradição e na influência da estrutura familiar);
- A participação política da população (visando com isso, compreender a população em sua condição, visão e interpretação sobre um determinado fenômeno do processo político);

De modo geral, o trabalho aqui exposto é centrado e privilegia o envolvimento da população, esta que em parte se mantém distante do processo político, com exceção do que lhe é obrigatório. Povo, que historicamente já foi quase que em sua totalidade excluído do segmento político, que já foi utilizado como massa de manobra e hoje, em tempos democráticos, tem na participação em processos políticos um importante instrumento de consolidação de poder. Participação essa, que não foi um direito concedido, mas sim, conquistado através de muitas lutas e reivindicações e que se constitui como um mecanismo de grande relevância e com significado real (prático) e simbólico (abstrato) isso, nas mais diversas esferas que o conceito alcança. Assim, seu desenvolvimento estrutura-se seguindo regras e normas, que apesar de por vezes, serem transgredidas, foram e são institucionalizadas ou legitimadas pelas práticas do ser e fazer político.

Sendo assim, compreende-se que a falta de uma presença popular efetiva no transcorrer das discussões e decisões políticas (não apenas em processos eleitorais), talvez seja a responsável por práticas que possibilitam a concretização (por parte de alguns representantes) de situações incompatíveis com a legalidade pública, ao passo que, esse distanciamento é propositalmente conservado. Pois, em virtude dos interesses particulares em jogo, pouco é feito para mudar tal comportamento, o que resulta na consequente manutenção do quadro onde, o desinteresse de muitos é mantido enquanto o interesse de poucos é consolidado.

Essas perspectivas fundamentam a ideia de que quanto menos informado, sem consciência crítica, mais descrente com a situação forem os indivíduos, quanto mais entediante e incompreensível forem as discussões políticas, melhor para os grupos no poder.

Contudo, observa-se que os eleitores são pontos essenciais (mas não os únicos) na constituição e formatação do quadro político, portanto, fazem parte de um conjunto de elementos composto por fatores condicionantes para o desenvolver e para o estabelecimento da realidade política, e no estudo aqui desenvolvido, particularmente em relação a esfera municipal.

A partir dessa caracterização, a pesquisa se direciona na busca da elucidação de fatos específicos, tendo como tempo e espaço de análise: as eleições municipais de 2008 em Macapá. E disso, tomando como objeto: uma análise, através da observação popular, sobre a presença de famílias tradicionais politicamente ou com poder político.

O estudo é desenvolvido através do olhar da população sobre o contexto e o fato em questão. Desse modo, tem como principal objetivo: desenvolver uma análise aplicada, sobre o entendimento da população a respeito do fenômeno exposto (que se apresentou de forma intensa no referido processo eleitoral), ou seja, procura compreender como a participação dessas famílias foi percebida e interpretada pelo eleitores e como estes posicionaram-se frente a essa realidade. Com isso, visa transformar o entendimento popular - constituído em sua maior parte em uma base assentada no senso comum e derivada de uma observação empírica, em saber científico.

Assim o problema enfatizado no trabalho foi: “como os eleitores observaram e entenderam presença de famílias tradicionais politicamente ou com poder político no processo eleitoral de 2008 em Macapá?”.

Diante desse quadro duas hipóteses foram levantadas, configurando-se como prováveis respostas para os questionamentos.

A primeira hipótese: Os consultados na pesquisa entenderam que o apoio político e econômico, dado por essas famílias a determinados candidatos, foi fundamental para o resultado das eleições de 2008;

A segunda hipótese: Os consultados na pesquisa entenderam o fenômeno como uma prática negativa, já que representa a busca pelo fortalecimento econômico e político, visando consolidar e perpetuar determinados grupos no poder;

A metodologia utilizada na pesquisa contou com instrumentos necessários para obtenção de uma maior eficácia, sendo desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, pesquisa *ex-post-facto*, estudo de campo entre outros.

A coleta de dados efetuou-se através de pesquisa de campo de caráter quantitativo e qualitativo, realizada na área urbana de Macapá, com a aplicação de questionários a pessoas (eleitores que votaram nas eleições de 2008 em Macapá) com diferentes, níveis de escolaridade, faixa-etária, renda e sexo. As informações obtidas foram avaliadas e tabuladas buscando atingir os objetivos propostos.

O trabalho está constituído estruturalmente por três capítulos, os quais buscam analisar pontos necessários para o desenvolver do tema.

No primeiro capítulo emprega-se uma análise sobre Poder, Política e Estado, visando abordar esses elementos em sua formação, desenvolvimento e utilização frente as circunstâncias dinâmicas da sociedade. Os mesmos são entendidos como aspectos que permeiam diversas esferas da estrutura social, introjetando nela, características de seu domínio.

Consequente a isso se procura discorrer sobre a formação do Estado no Brasil, através da observação de teóricos, como Caio Prado Junior, Décio Saes, Francisco Weffort entre outros. A fim de perceber como se deu a participação do povo nesse processo e enfatizando algumas peculiaridades e características do Brasil, diante de outros exemplos da América - Latina.

O primeiro capítulo é finalizado com uma análise sobre o Estado oligárquico e o Estado populista e as formas de tratamento do povo nos dois modelos estatais, utilizando como referência autores como Francisco Weffort e Octavio Ianni.

O segundo capítulo trata da relação entre “parentesco e poder”, assim, procura descrever aspectos importantes relacionados aos dois elementos, que aqui são entendidos como questões significativas no interior da sociedade e formadores de uma identidade política e social.

Nesse percurso analítico, procura-se compreender a formação da família e suas maneiras de constituição (estruturas, formas e relações com sociedade), por meio de diferentes perspectivas científicas, com exemplificações de caráter sociológico (onde a família é entendida como o ambiente inicial onde relações de poder se desenvolvem) e antropológico (através do qual a família é tratada e percebida de diferentes formas).

Todo esse trajeto resulta em uma busca por entender como uma organização privada se transfere para o meio público e lá se consolida de forma a estabelecer um sistema de dominação sobre os indivíduos de uma determinada sociedade. Assim, essa conjuntura é verificada, como um importante reflexo para a construção de um olhar científico no campo da ciência política.

Ainda neste capítulo, parte-se para uma análise do poder familiar no cenário macapaense (e amapaense) com a utilização de exemplos que fundamentam a forte presença de famílias no cenário político local, com vistas a compreender o porquê do desenvolvimento dessa prática em Macapá, em proporções significativas.

O terceiro capítulo é referente a pesquisa, nele faz-se a descrição dos mecanismos utilizados para a elaboração e desenvolvimento da pesquisa de campo, com a apresentação dos procedimentos adotados em seu transcorrer, descrição da maneira como a mesma foi aplicada, o modo de avaliação e a conseqüente tabulação dos dados.

Do mesmo modo, é feita uma comparação com a pesquisa de campo realizada em 2010 e o resultado das eleições municipais de 2008 em Macapá.

Para um melhor entendimento e visualização dos aspectos, recorre-se ao auxílio de gráficos e tabelas ilustrando os números obtidos.

O capítulo é finalizado com a apresentação das perspectivas sobre as conclusões alcançadas.

Nas considerações finais, enfatiza-se que o trabalho visa contribuir para o entendimento de aspectos políticos no cenário local macapaense, buscando construir um estudo das ciências sociais e explicitando a grande importância de uma análise sobre o tema nessa área do conhecimento humano.

1 CAPÍTULO I: PODER, POLÍTICA E ESTADO

Poder, política e Estado constituem-se como pontos fundamentais no processo de organização e entendimento sobre as mais variadas sociedades. Dessa forma, sente-se a necessidade de se aplicar um modesto esboço sobre suas definições e estruturas de consolidação e funcionamento, visando, assim um melhor desenvolvimento do trabalho.

1.1 O PODER

O poder é resultado de uma interação social, constitui-se a partir de uma negociação - nem sempre amistosa - em um sistema de reciprocidade, onde um (indivíduos, grupos ou instituições) exerce sobre o outro (indivíduos, grupos ou instituições) a capacidade de fazer com que esse haja como se fosse por vontade própria. É entendido como sendo elemento fundamental em torno do qual se organiza o processo político. Apoiando-se em recursos econômicos, simbólicos, coercitivos e através da persuasão, desenvolve influência sobre as decisões individuais ou coletivas, tendo como resultado pouca ou nenhuma resistência. Outros mecanismos de dominação como a imagem e qualidades pessoais, competência, mérito, assim como o poder militar, também são utilizados no processo de constituição e exercício do poder.

Essa atividade não é exclusividade de alguém ou alguns, pois se apresenta em forma, proporção e momentos variados no processo político. Em democracias representativas ele é concedido a alguns, através da legitimação do povo. Em governos ditatoriais é alcançado através da força física, da coerção, golpes e revoluções. Porém, nesses e em outros casos, o poder não fica restrito a quem governa. O povo que legitimou ou que é vítima de uma ditadura possui a capacidade de pressionar as instituições visando melhorias. Percebendo isso, governantes tentam através de mecanismos de dominação (ideológicos ou repressivos), desvirtuar essa imagem, buscando transformar o povo em um mero agente passivo.

1.1.1 O poder para Foucault

O filósofo francês Michel Foucault desenvolveu uma grande análise sobre as estruturas e relações de poder nas sociedades.

Para Foucault¹ o poder é uma prática e uma construção social e por essa razão, constituído historicamente, sendo baseado em relações de influência e estando em constante transformação. Não é um objeto natural, uma coisa, é algo que se exerce e se efetua, não ficando restrito a um determinado espaço, mas que se espalha por toda a estrutura social, executando-se em níveis variados e em pontos diferentes da rede social.

Suas análises contribuíram para a mudança na ideia do poder como sendo aspecto exclusivo do Estado. Com ele, a visão do Estado como um aparelho central e com a exclusividade do poder, sofre uma inversão para a ideia de articulação com poderes locais, específicos, circunscritos também, a uma pequena área de ação.

Foucault tenta com isso, demonstrar que o poder não se efetua somente nas altas esferas da sociedade, mas se dissemina em uma rede de poderes que impera em uma sociedade, ou seja, o aparelho de Estado não absorve os poderes periféricos e moleculares.

Segundo Machado (1979, p. 15), Foucault deixa claro em suas obras “Vigiar e Punir” e “A Vontade de Saber”, a ideia de repressão, tentando demonstrar que o poder não é algo exclusivamente impositor de limites e nem essencialmente repressor. Mais que é composto por elementos e mecanismos totalizantes. Neste processo descritivo, ele utiliza como exemplo a dominação capitalista, dizendo que esta, não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. Assim, as relações de poder nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas.

[...] não existe em Foucault uma pesquisa específica sobre a ação do Estado nas sociedades modernas. Mas o que a consideração dos micro-poderes mostra, em todo caso, é que o aspecto negativo do poder - sua força destrutiva - não é tudo e talvez não seja o mais fundamental, ou que, ao menos, é preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é, produtivo, transformador: É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos [...] (MACHADO, 1979, p. 15)

Foucault começou a formular claramente a questão do poder, buscando dar continuidade a pesquisa que realizava sobre a história da penalidade. Onde evidenciou o problema da relação de poder sobre os indivíduos aprisionados, os quais, sobre os corpos, utilizava-se uma tecnologia própria de controle. Esses mecanismos não eram exclusivos da prisão, sendo encontrados também em hospitais, no exército, nas escolas, nas fábricas e em outras instituições.

1 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981

Machado (1979, p. 10) afirma que não existiu em Foucault uma teoria geral do poder, mas estudos efetuados a partir de análises particularizadas, com objetos bem definidos e limitados.

1.2 A POLÍTICA

Os homens estabelecem relações variadas entre si, desenvolvendo atividades interacionistas em diversos seguimentos da vida social. Dentre estas formas de associação e atividades estão aquelas as quais denominamos de “políticas” (OLIVEIRA, 2001, p. 65).

A política representa uma das mais belas criações humana, sendo uma atividade dinâmica, marcada por ações e confrontos, com toda uma complexidade de discussões que resultam em acordos, negociações e alianças. Através dela, busca-se convergir diferentes interesses e necessidades (pessoais ou grupais), em atendimentos ou controle dos anseios e reivindicações sociais. Representa a busca pelo poder, assim como pelo controle da capacidade de dominação. Sua organização tem evidentes ligações com todos os demais aspectos de nossa vida em sociedade, ou seja, direta ou indiretamente sempre estamos sendo afetados por decisões políticas (ARANHA E MARTINS, 1993, p. 202).

Ela não se faz somente ao nível do Estado, pois é evidente a capacidade dos governados em se colocar com poder de decisão frente ao governo.

Para Arendt (apud ADLER, 2007, p. 36), "trata-se da convivência entre diferentes", já que "baseia-se na pluralidade dos homens", assim se a pluralidade implica na coexistência de diferenças, a igualdade a ser alcançada através desse exercício de interesses, quase sempre conflitantes, é a liberdade e não a justiça, pois a liberdade distingue "o convívio dos homens na pólis de todas as outras formas de convívio humano bem conhecidas pelos gregos".

Ainda existem divergências sobre o tema, para alguns política é a ciência do poder e para outros é a Ciência do Estado. Entre os gregos existia uma grande tendência a associação de política à ética, o que dificultava uma abordagem mais realista.

Platão em sua obra *A República* (2006) expõe sua concepção sobre diversos assuntos. Nela, propõe um modelo ideal de sociedade e de organização e administração política. Aristóteles foi discípulo de Platão e analisou suas ideias de forma mais realista e apontando-lhes as falhas, sendo mais científico do que seu mestre. Descreveu métodos efetivos de como governar um Estado. Para ele a política só tem utilidade, se for efetiva.

Por outro lado, Nicolau Maquiavel ao romper com a abordagem tradicional feita por gregos e medievais, a partir de uma percepção mais realista e concreta, inaugurou uma nova forma de pensar e fazer política. (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 204).

Para Maquiavel (2008, p. 33), a política é a arte de conquistar, manter e exercer o poder e o próprio governo, e faz-se a partir da conciliação de interesses divergentes, nesse sentido, o conflito é fundamental. Com sua forma de abordagem, transformou a política em uma ciência autônoma, desvinculando-a de certo modo, da ética e da religião e assim procurando examinar suas especificidades. De acordo com as circunstâncias, os critérios da ética política deveriam ser revistos, sempre tendo em vista, os fins coletivos. Dessa forma a importância do governante é destacada em seu pensamento, pois este tem a obrigação de manter o poder e a segurança do país que governa, para isso não importando os meios empregados.

Contudo, com ele ocorre um incentivo generalizado da falta de ética, fato que contribui para uma visão negativa da política, pela qual os meios antiéticos passam a ser adotados como se fossem as únicas alternativas possíveis.

1.3 O ESTADO

O Estado é uma organização ou um conjunto de instituições, sendo essencialmente um agente de controle social, possui o poder de regular as relações entre todos os membros da sociedade, é uma entidade abstrata, onde, um grupo de pessoas (que formam o governo) age em seu nome. Assumiu diferentes formas e conteúdos no decorrer dos tempos e lugares. Existem várias teorias sobre sua existência e relação com a sociedade, entre as quais a dos anarquistas, para quem o Estado representa a origem da exploração do Homem e deve ser abolido (supressão do Estado) assim como a propriedade privada.

Para Chelala (2009, p. 34) as teorias sobre o Estado podem ser reunidas em dois grandes grupos. A concepção “jus-naturalista” e a concepção “materialista-histórica. A primeira resultado do contrato social firmado entre Estado e sociedade para garantir segurança e o bem comum, onde os indivíduos se submetem a uma força superior. A segunda, inaugurada por Karl Marx, que o qualifica como um instrumento histórico e fruto da evolução da luta de classes na sociedade.

Sobre a primeira concepção, teóricos clássicos como o inglês John Locke, Barão de Montesquieu e Jean Jacques Rousseau, discutiram sobre o tema. Para Locke, o Estado deveria se organizar a partir do consenso social, porém, sem total submissão do indivíduo à

entidade. Montesquieu propõe a separação dos poderes em legislativo, executivo e judiciário. Jean Jacques Rousseau na obra “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” contribui significativamente, questionando a legitimidade das instituições políticas (CHELALA, 2009, p. 34).

Para Rousseau (apud, AZEVEDO; SERIACOPI, 2008, p. 195), a sociedade é resultante de um contrato em que os indivíduos aceitam a existência e a organização de um poder político, dando legitimidade à passagem da liberdade natural à liberdade civil, reafirmando a ideia de um contrato firmado pela sociedade, exercido a partir da livre escolha. Isso significa que a coerção social de uma sociedade sobre seus membros seria um meio necessário para evitar os efeitos negativos da liberdade natural dos indivíduos. “No momento em que fica legitimada a desigualdade entre os homens, o remédio que caberia seria um contrato social”.

A ideia de promoção do bem comum é um elemento presente nessas teorias liberais. Pois com o desenvolvimento de complexidades sociais, a necessidade de um ser articulador e capaz de resolver os conflitos e as distorções, se faz presente.

Opondo-se à visão jus-naturalista, tem-se a visão “materialista-histórica - marxista clássica, que rejeita a ideia de que o Estado teria como função primordial a promoção do bem comum entre os cidadãos (CHELALA, 2009, p. 36).

Para essa concepção, o Estado é um aparelho repressor e responsável pelo controle das contradições internas da sociedade, não sendo um elemento conciliador e sim um órgão de dominação de classes, necessário para a manutenção do poder da classe dominante.

1.3.1 Concepções marxista e liberal sobre o Estado

Marx concebe a origem do Estado a partir de relações sociais estabelecidas pela sociedade e por relações de produção, entendendo-o como sendo o reflexo e não a origem da dominação. Para ele o Estado é responsável pela consolidação dos interesses de uma classe em detrimento de outra. E nesse processo o aparelho estatal procura maquiagem seu domínio de classe com uma imagem de neutralidade. O Estado capitalista através de instrumentos ideológicos homogeneiza formalmente a sociedade, busca neutralizar as lutas de classes, se apresentando como o mediador das necessidades sociais, reproduzindo relações de dependência e desenvolvendo a alienação.

Para Engels (1984, p. 56) a existência de aparelhos de repressão (polícia, exército, tribunais), de um instrumento de coleta de impostos, entre outros, são características encontradas em qualquer modelo de Estado.

Diferente dos anarquistas que não aceitavam nenhuma forma de governo, os marxistas sustentam a ideia de que para se chegar ao comunismo é necessário a criação de um Estado que esmague as resistências burguesas e promova a igualdade entre as classes.

Já para os liberais, o Estado seria uma instituição autônoma e descentralizada, sem o controle das atividades econômicas, porém, acima dos interesses das classes sociais, buscando organizar os desejos conflitantes da sociedade. Agindo para o bem comum, provendo a ordem e a justiça para poder criar o ambiente favorável a cooperação coletiva (CHELALA, 2009, p. 35).

As ideias e doutrinas liberais têm seus princípios assentados no individualismo, na liberdade de pensamento e de expressão, garantia da propriedade privada dos meios de produção e em um Estado reduzido e mínimo afastando-se da economia, facilitando o incentivo a competição e a livre iniciativa. Historicamente, o liberalismo foi revolucionário, opôs-se as antigas formas de organização política e econômica, ao poder centralizado (na pessoa do Rei) dando origem à democracia liberal, que representou um grande avanço em relação às monarquias absolutas. Teve um papel muito grande na formação dos Estados nacionais modernos na Europa e nas Américas, durante os séculos XVIII e XIX.

O Estado Liberal é resultado das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, inspirado nos preceitos do Liberalismo, foi elemento fundamental no desenvolvimento da economia capitalista, sustentando-se sobre o princípio da limitação da intervenção estatal na economia, da liberdade do indivíduo e da crença na capacidade de auto regulação da sociedade. Representa a garantia das liberdades individuais. Nesse sentido os assuntos econômicos e sociais são renegados e passam a ser de caráter estritamente privado.

Entre a visão marxista e a liberal sobre o Estado podem existir pensamentos intermediários, para isso, é necessário reconhecer além do Estado, outros agentes do seguimento político. Dessa forma, entendendo a sociedade como uma organização heterogênea e composta por diversos atores sociais, e esses capazes de exercer pressão sobre as estruturas do governo e do Estado, demonstrando a dinâmica do processo político.

1.4 POLÍTICA, PODER E ESTADO EM WEBER.

Max Weber é um dos clássicos da sociologia, seus trabalhos são de importância para as ciências sociais e humanas. O teórico alemão dedicou-se ao estudo em campos como o da economia, da religião e da política. Neste último, lançando olhares sobre a Política, o Poder e o Estado, sobre a qual procuraremos discorrer de forma simples.

Weber (apud DIAS, 1997, p. 60) acredita que “A política é o conjunto das condutas humanas que comportam a dominação do homem pelo homem”. As definições de poder, dominação e disciplina (disciplina significa obediência por parte dos comandados que seguem normas e regras determinadas e impostas pelos comandantes) são essenciais para a compreensão da teoria Weberiana da política.

Para Weber a política é concebida como uma atividade desenvolvida e direcionada por agrupamentos políticos constituintes do Estado, ou sobre esses. Representa a busca, de determinados grupos por participação no poder.

Por Poder, Max Weber entende as oportunidades que uma pessoa ou um grupo de pessoas tem de realizar sua numa ação comum, mesmo contra a resistência de outras pessoas que participam da ação (LAGO, 1996, p. 25). Assim, o Poder, representa a probabilidade de um ator (grupos ou indivíduos) impor sua vontade a outro, mesmo contra a resistência deste. É desse modo, uma relação social que exprime desigualdade entre os participantes.

A dominação por sua vez, se fundamenta no reconhecimento a obediência, onde se têm a presença de um senhor e da probabilidade deste em contar com a submissão dos que em teoria devem obedecê-lo. Para que esse processo se constitua é necessário desenvolver a ideia de grupo político, que contém noções de território, de continuidade, e ameaça de aplicação da força física para impor respeito as ordens e as regras. Para Weber, em toda relação social - nas mais diferentes esferas da ação humana, em maior ou menor intensidade -, sempre existe algum tipo de dominação, pois a vida social é uma luta constante e a dominação representa um mecanismo essencial nesse processo.

O poder é um aspecto presente em todas as sociedades, pois é condição de ser da sociedade. Para o teórico alemão, as sociedades não são conjuntos harmoniosos, mas sim, palco de embates e conflitos resultantes de desentendimentos e de acordos. Nesse processo, o combate² é uma relação social fundamental “as sociedades são feitas tanto de lutas como de

2 O combate exposto por Weber, sem violência física, é a concorrência, quando representa o alcance da própria sobrevivência dos atores, chamamos de seleção.

acordos”. O meio político é caracterizado por essa cena, refletindo em uma busca pela afirmação e manutenção no poder.

Weber argumenta que três são os principais tipos de dominação legítima e que esses são fundamentados e estruturados à partir de motivações que comandam a obediência, que são: dominação tradicional, dominação racional e dominação carismática. Os três tipos de dominação voltam-se para a compreensão do conjunto de elementos que se ligam à dominação e poder. (DIAS, 1997, p. 61).

- Legitimação tradicional - É fundamentada na crença do poder sagrado das tradições antigas, e na legitimidade dos que são chamados pela tradição a exercer a autoridade, a pessoa é obedecida devido à sua condição de dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. É mais difícil ser encontrada nas sociedades modernas. Seu tipo mais puro é a dominação patriarcal.

- Legitimação legal-racional - onde há crença na legalidade da ordem e dos títulos dos que exercem a dominação, através da instituição de leis. Seu estado mais puro de dominação é encontrado no quadro administrativo burocrático.

- Legitimação carismática - caracterizada por uma devoção fora do cotidiano, quando o líder é agraciado e dotado de um especial magnetismo sobre seus liderados. Pelo fato de ser considerado predestinado, devido a características e qualidades pessoais consideradas excepcionais.

Esses três tipos de dominação, segundo Weber, dificilmente se apresentam de forma pura.

Para Max Weber o Estado se constitui como uma relação de dominação do homem sobre o homem fundada a partir da violência física legítima. É constituído por uma comunidade humana, com território próprio e delimitado, reivindicando por sua própria conta o monopólio da violência física legítima. (DIAS, 1997, p. 60). Para que o Estado desenvolva o controle, é necessário que ele exerça a violência física, e para isso, esta precisa ser legitimada.

O principal ponto de discussão nas análises de Weber sobre o Estado, diz respeito a sua forma burocrática (o Estado burocrático). A concepção contratualista de Rousseau encontra em Max Weber seu mais acabado conceito, delineando as características do Estado burocrático dotado de recrutamento meritocrático e estruturado com autonomia em relação à sociedade (CHELALA, 2009, p. 35).

Para Weber (1991, p. 96), o Estado moderno com suas inúmeras atribuições, reclama e busca pela existência de uma ampla estrutura organizacional, capaz de satisfazer as suas

necessidades. O Estado burocrático é concebido como uma característica do mundo moderno, sendo contemporâneo ao seu nascimento. É formado por um grupo de elementos necessários para sua organização e seu funcionamento, é um sistema constituído por funcionários sujeitos à hierarquia, e condicionados por disciplina e regulamentos. Sendo caracterizado pela presença de membros pessoalmente livres, com uma hierarquia administrativa rigorosa, com uma qualificação profissional, sujeitos a um permanente controle e sendo retribuídos com salários (soldo), entre outras. Aqueles que exercem o poder no Estado compõem o governo.

Ele define a burocracia como a estrutura administrativa, de que se serve o tipo mais puro do domínio legal. Sendo a burocracia a mais bem acabada forma de dominação legítima e racional. Essa estrutura burocrática baseia-se na crença na legalidade ou racionalidade de uma ordem. É a forma mais eficaz de exercer a dominação, é consequência das novas realidades do cotidiano da vida social moderna baseado na racionalização, responsável pela organização a partir dos meios de administração da sociedade complexa e se apresenta em todos os setores da vida moderna.

1.5 A FORMAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL

A formação do Estado no Brasil se deu de forma precária e a partir de premissas que envolveram interesses particulares. Devido às condições impostas pelo sistema colonial, durante muito tempo a ideia de constituição do Estado, foi vista como um tema distante e que passou a se concretizar somente após a transferência do Estado Português para essas terras.

Entre os estudiosos do tema existem discordâncias em relação à constituição do Estado no Brasil, esse é um ponto que causa muitas discussões e visões discordantes. Para Amaro Lima (apud DIVALTE, 2008, p. 265). “O Brasil teve Estado antes de ter povo”, as cartas de doação, os forais, os regimentos e outros instrumentos do poder público são utilizados como exemplos para reforçar essa interpretação. Esse pensamento repousa sobre o fato de que no Brasil, durante o período colonial, foram criadas instituições e mecanismos (nem sempre eficazes) para organizar a administração. A regra era a adoção de medidas que visassem o lucro, entre essas, por exemplo, a utilização da mão-de-obra do negro. É a partir delas que se tem a constituição do povo brasileiro, ou seja, primeiro as instituições, depois o povo, em uma mistura de grupos étnicos (índios, brancos e negros).

Porém, o que se percebe são elementos impostos pelo Estado metropolitano sobre a colônia, com o objetivo de melhor explorar e consolidar o domínio na região e não medidas que buscassem um desenvolvimento político e social. Mesmo as instituições fundadas por

aqui (com suas debilidades e carências) seguiam as determinações e imposições do Estado Português. O que se constituiu no Brasil, foi apenas uma parte da administração portuguesa.

Outra interpretação é baseada na ideia de que o poder local, sustentado no latifúndio e em famílias patriarcais, foi maior e mais forte do que o Estado, o mandonismo rural é um exemplo disso. Pois, durante os dois primeiros séculos de domínio luso, ocorreu uma predominância do poder local nos lugares mais afastados (interior), situação que começa a se alterar tempos depois, porém, nos chamados centros urbanos da colônia a presença do Estado sempre se fez clara. Em relação a esse aspecto discorreremos mais adiante.

Para Francisco Weffort (2006, p. 32), “o povo é o ponto principal da história das ideias no Brasil, o tema relativo à formação do Estado chegou a nós com enorme atraso” e ao contrário do que comumente era afirmado “o povo e a cultura brasileira, com sua imensa diversidade, formaram-se aqui antes do Estado, que só começou a ser construído com a chegada de D. João VI e com a independência, depois de mais de três séculos de duração da colônia”. Assim, entende-se que o Estado só se efetivou quando as condições internas e externas se apresentaram, contando para isso, com um longo período de preparação, durante o qual as circunstâncias se moldaram.

De modo geral, a formação do Estado no Brasil deriva de condições especiais e significativas, passando por processos de ocupação e colonização deficientes, com instituições eficazes até certo ponto (no princípio econômico). Mas carentes de uma melhor organização e interesses voltados para o atendimento das camadas populares. A falta de incentivos e de recursos necessários ao bom funcionamento do arcabouço, concorrendo com interesses particulares das elites coloniais, (e depois imperiais) impediam o avanço no sentido de um melhor aproveitamento do potencial social, cultural e político das estruturas aqui constituídas.

Quando confrontado com outros eventos latino-americanos, a constituição do Estado Nacional Brasileiro se apresenta de forma diferenciada. A busca pela independência política e conseqüentemente econômica fez-se de forma debilitada em termos de participação popular. Rodrigues (1975, p. 15) afirma: “foram os ricos e os grandes proprietários os principais sustentáculos da independência”. Ele aponta a continuidade das estruturas coloniais no pós-independência e a dificuldade de desenvolvimento de um planejamento consciente em relação as formas de trabalho, de organização política e administrativa. Sua eclosão foi favorecida por um contexto maior de interesses políticos e econômicos envolvidos³. Seguida pela afirmação

3 A situação de crise, pela qual passaram os Estados Ibéricos, despertou a possibilidades de perda de suas dependências americanas, “foi a incapacidade de reformismo com elementos ultrapassados (com base no modelo absolutista) a causa da separação entre metrópole e colônia”. Jancsó (2003)

de um império alicerçado no sistema escravocrata. Que entrou em decadência e não resistiu ao fim dos elementos que o sustentavam. Assim, abrindo caminho para o desenvolvimento da República Brasileira.

1.5.1 A República burguesa no Brasil

A República no Brasil nasceu como resultado de um movimento cuja participação foi limitada à pequenos grupos, controlado desde o início por militares e elites agrárias, que não se preocuparam em desenvolver mudanças na estrutura econômica do país, a qual continuou voltada para exportação de produtos primários e sem reforma agrária. O advento da República se constituiu em um processo caracterizado pela manutenção da exclusão social, econômica e política de grande parte da população. A estrutura política conservando o mandonismo dos coronéis do interior e das oligarquias agrárias. O povo estando passivo diante das transformações em curso, sem entender muito bem o que acontecia e as possíveis consequências dos fatos.

Em meio a grande discussão sobre a compreensão da formação do Estado no Brasil, desenvolveram-se ideias com influências marxistas sobre o tema. Assim, o advento da República é considerado por muitos um evento de caráter burguês, isso devido aos agentes envolvidos, a forma que assumiu e aos resultados obtidos.

Entre esses, Nelson W. Sodré (apud BUONICORE, 2003, p. 65) que caracteriza o Estado Brasileiro, até 1930, como do tipo semifeudal, pois, segundo ele, esse momento é marcado pelo predomínio de um modo de produção alicerçado em relações sociais pré-capitalistas e com base no grande latifúndio. As transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas a partir de então, são derivadas do processo revolucionário de 30, evento que é um referencial para a formação da sociedade burguesa no Brasil, sem, contudo, abandonar as estruturas feudais do passado.

Décio Saes (seguindo as indicações de Jacob Gorender⁴) é contrário às definições apresentadas, pois entende que o Estado Nacional Brasileiro se constituiu inicialmente como um Estado escravista moderno, transformando-se em Estado Burguês, após a proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891. Assim, o Estado Burguês não nasceu com a Independência. É destaca por ele a importância da Abolição da escravidão, da

4 Afirmava que o modo de produção no Brasil da colônia até 1888, foi escravista (ou escravista moderno)

proclamação da República e da revolução de 30, eventos fundamentais para consolidação do Estado capitalista no Brasil. (SAES, 1985).

Seguindo a linha marxista, mas fugindo a ideia de revolução burguesa aparece Prado Junior (1984, p. 15) para quem “o processo de colonização da América (e do Brasil)⁵ fez parte de um conjunto que forma um capítulo da história do comércio europeu”, ou seja, o Brasil desde sua formação já estava inserido no mercado internacional para atender as necessidades da economia capitalista, através da circulação de mercadorias e capitais. Por isso, o autor define o modo de produção predominante no Brasil, desde suas origens como capitalista. Para ele, portanto, não teria sentido falar em uma revolução burguesa por aqui, já que o Estado Brasileiro sempre foi um Estado capitalista. A mudança no regime não passou efetivamente de um golpe militar, com concursos apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular. Assim, o processo de formação do Estado nacional Brasileiro se constitui com o declínio do antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar de pacto colonial, (expressão perfeita desse período) que representava o controle exclusivo das metrópoles sobre as atividades comerciais da colônia.

A necessidade de se construir um exame, mesmo que superficial, sobre a formação do Estado no Brasil, deriva do desejo de se compreender a relação entre este e o povo aqui constituído. Já que durante o processo de formação do Estado brasileiro, percebe-se uma grande tendência ao afastamento do povo das decisões, através de mecanismos de exclusão social, propositalmente efetivados.

1.6 O ESTADO OLIGÁQUICO E O ESTADO POPULISTA

O Estado oligárquico e o Estado populista estão diretamente relacionados às estruturas da América Latina, representam formas organizacionais que caracterizaram o Estado Brasileiro durante o final do século XIX e primeira metade do século XX. As condições que proporcionaram o declínio do primeiro, representam as motivações da ascensão do segundo.

5 A colonização do Brasil foi um empreendimento econômico típico de domínio do capitalismo mercantil. Prado Junior (1994) A ideia de exploração econômica do Brasil para atender as necessidades metropolitanas.

1.6.1 Estado oligárquico

A constituição do Estado oligárquico na América Latina ocorreu com um período de adaptação, após as lutas pela independência política nacional - eliminação do poder metropolitano - e guerras civis que as sucederam, isto se fez necessário para que as condições emergentes para seu funcionamento e existência se estabelecessem, assumindo assim contornos oligárquicos.

O poder do governo oligárquico se estruturava com base na ampliação de forças locais e regionais condição essa proveniente do controle econômico. Assim, o governo direcionava suas ações de acordo com as necessidades econômicas, políticas e sociais, derivadas das atividades produtivas predominantes, podendo estar ligado aos interesses pessoais ou pela condição de classe, isso sendo determinante na consolidação das relações e estruturas políticas características dessa forma de administração. Muitas vezes o domínio oligárquico era assumido por uma oligarquia influente ou resultado da combinação de várias oligarquias dominantes. O poder central correspondia a uma figura oligárquica em âmbito nacional. As mudanças dos governos não eram formalizadas em regras ou normas, mas devido a sua própria estrutura, marcado por revoluções, golpes, assassinatos e outras modalidades. Na forma de organização latino-americana, a oligarquia combina instituições de inspiração liberal (divisão dos poderes, eleições entre outras) com modos patrimoniais, vinculados em torno dos chefes regionais. O poder se constitui a partir de um sistema local-regional no qual no ápice se encontra o “grande cacique” nacional.

Em todos os casos, as decisões relativas a questões econômicas, políticas, sociais e culturais tendem a ser adotadas em conformidade com a separação, mais ou menos nítida, conforme o país e a ocasião, entre os que pertencem à oligarquia e suas periferias, e os outros. Ao mesmo tempo, as decisões políticas são adotadas em conformidade com as relações com o imperialismo. Mesmo porque o imperialismo é um elemento fundamental das estruturas oligárquicas. Em poucas palavras, pode-se dizer que a oligarquia é um elo no sistema composto da seguinte forma: sociedade nacional-economia dependente (IANNI, 1991, p. 69).

O poder era controlado pelas burguesias ligadas as atividades primárias da economia (agricultura, mineração, pecuária), se estendendo logicamente as forças financeiras e importadoras. Os objetivos do regime eram orientados de acordo com os interesses dos grupos detentores do poder econômico no setor predominante. Esses elementos constituíam o enclave, que era a base econômica do poder político do governo oligárquico e ao mesmo tempo o elo visível de sua dependência, em face do imperialismo. Quanto mais próspero é o enclave, maior é a penetração imperialista no país dependente e conseqüente aumento do

poder oligárquico. Isso se explica pelo fato de que na América, as economias eram agro-exportadoras, dependentes do capital externo (imperialista – elemento fundamental nas estruturas oligárquicas). A condição do regime oligárquico impede o desenvolvimento de partidos e sindicatos que representam interesses de classe e grupos não participantes do governo, em geral têm-se um monopólio institucional de modo autoritário e repressivo. O Estado oligárquico entende qualquer forma de oposição como inimiga. Porém, à medida que certo desenvolvimento se dava, abriam-se espaços para classes sociais emergentes cada vez mais inquietas, aí mora a crise do sistema oligárquico, quanto maior o desenvolvimento urbano e industrial (e a conseqüente reivindicação popular), menor é a capacidade de sobrevivência do regime.

Nas palavras de Ianni (1991) “O Estado oligárquico deve ser entendido como uma forma particular de Estado capitalista, onde ocorre a combinação de elementos patrimoniais com a racionalidade capitalista”. Mais o que são as oligarquias? Como o próprio cientista social afirma, “as oligarquias, portanto, são estruturas de poder nas quais se combinam as condições internas, ainda fortemente marcadas pelo passado colonial e escravocrata, e as relações de dependência, que dão continuidade à evasão de uma parte substancial do excedente econômico”.

1.6.2 O Estado oligárquico no Brasil

O Estado nacional assumiu contornos oligárquicos após a independência, onde fatores econômicos e políticos proporcionaram desdobramentos que se refletiram nas formas de organização e atuação do governo.

Com a Constituição de 1891, criou-se um sistema de governo descentralizado, fortalecendo os poderes estaduais e municipais, que passaram a ter uma série de responsabilidades. Os Estados poderiam eleger seus presidentes, além de contarem com uma legislação própria, possibilitando a criação de novos impostos, conservação do controle repressivo (poder policial) e o estabelecimento de um poder judiciário de abrangência estadual. Essa nova estrutura, na prática, favorecia as elites agrárias regionais, que com isso, alcançavam instrumentos e condições necessários para aumentar ainda mais seu poder, dificultando a existência de uma democracia representativa, já que o próprio sistema eleitoral funcionava como mecanismo de legitimação do poder local.

Os chefes políticos locais formavam nos Estados a base das oligarquias. Em geral, grandes fazendeiros ou comerciantes que controlavam o processo eleitoral e a política local.

As eleições desenvolviam-se de acordo com os seus interesses. Elegiam parentes, amigos, afilhados políticos, quando não eles próprios. Com o voto não sendo secreto, as forças no poder (os partidos) controlavam as eleições, impondo sua vontade. Aquele que se negasse a seguir essas determinações sofreria duras represálias. Era o chamado voto de cabresto.

1.6.3 O coronelismo

O coronelismo foi uma das características mais marcantes da República Velha. Para Leal (apud AZEVEDO e SERIACOP, 2005, p. 397), ele constituía uma forma de o poder privado se manifestar por meio da política. Apesar de existir em todo país, foi mais marcante no Nordeste, no Norte e no Centro-oeste, onde as oligarquias eram comandadas por pequenos grupos familiares.

Alguns pontos caracterizam sensivelmente este fenômeno: A pobreza extrema das populações do interior, a concentração de riqueza nas mãos dos grandes proprietários (a terra era um bem escasso e fora do alcance da maioria dos trabalhadores rurais), a violência dos coronéis – repressão a qualquer forma de contestação a sua autoridade, o clientelismo, filhotismo, mandonismo, relação de dependência, entre outras.

O poder político e prestígio do coronel, proveniente de sua condição de grande proprietário, sobreponha-se aos poderes institucionais. Seu poder de influência sobre seus dependentes o tornava decisivo em vários setores, como justiça, economia e logicamente a política local, forçando as pessoas a manterem uma estreita relação de dependência, pois precisavam de seus favores e de sua influência, disso decorre a forma de identificação comum à época, "sou gente do coronel fulano ou sicrano" (DIVALTE, 2008, p. 299).

O homem do interior completamente analfabeto (ou quase), sem assistência médica, sem "informação", era incapaz de desenvolver uma consciência crítica sobre sua condição. É do patrão que recebe os únicos favores na sua triste existência, daí o porquê da luta pelo coronel e não contra o ele.

Nem sempre o coronel era um homem rico, porém, diante da massa humana que sobrevivia em suas terras, em um estado de extrema pobreza, ignorância e abandono, essa condição lhe era auferida. Outro aspecto relevante é que em primeiro momento a figura do coronel é a que ganha maior destaque, porém, os chefes políticos municipais, nem sempre são autênticos coronéis. A grande difusão do nível superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilitava à chefia (LEAL, 1993, p. 21-22).

Um ponto que favorecia o desenvolvimento dessa forma de poder se verifica no fato de que a maioria do eleitorado brasileiro (durante a República Velha) estava nos municípios do interior. O coronelismo é fenômeno típico do interior do país, dos pequenos municípios, da política local. Os chefes locais custeavam as despesas com a eleição (alistamento, transporte, alimentação, pagamento pelo dia não trabalhado, entre outras). O roceiro sem dinheiro e interesse direto, não faria o menor esforço nesse sentido.

Décio Saes (1978, apud FUNARI, 1996, p. 3) entende que o coronelismo não deveria ser interpretado como manifestação oligárquica ou patrimonial. Ao contrário, seria um fenômeno característico do Estado burguês, já que, suas formas de sustentação eram evidentemente relacionadas com a estrutura capitalista. Prova disso, é a presença de elementos articulados ao sistema burguês, como: a presença de um sistema representativo – que devido as formas de estruturação políticas da época -, do qual derivavam as trocas de favores, a corrupção no processo eleitoral e métodos coercitivos que favoreciam um controle hegemônico do poder por parte de pequenos grupos.

Desse modo, sem a estrutura econômica e política do Estado burguês, o coronelismo não se consolidaria, visto que é marcado por relações capitalistas e instrumentos burgueses de legitimação. Durante as primeiras décadas do regime republicano, os grandes proprietários, detentores do poder econômico, derivado da posse da terra, utilizavam de sua influência política e econômica para determinar os destinos da nação.

O coronelismo designa um conjunto de práticas que caracterizam um modo concreto de funcionamento das instituições políticas burguesas democráticas. Mais precisamente, o coronelismo é um conjunto de práticas político-eleitorais que participam de modo peculiar, da dupla função do Estado burguês: desorganização das classes trabalhadoras e unificação da classe dominante sob o comando hegemônico de uma de suas frações” (p.87, friso original). O coronelismo apenas se desenvolve se houver a presença de relações de produção pré-capitalistas no campo, com relações de dominação e dependência pessoal. (SAES apud FUNARI, 1996, p. 2)

Para Saes (1978, p. 26 apud FUNARI, 1996, p. 2), “os coronéis não podem nunca controlar o Estado”, pois sua principal fraqueza é a dependência econômica dos municípios (de verbas repassadas pelo Estado ou pela União), o que impossibilita o domínio do Estado, contudo, recebem por seus serviços eleitorais a garantia da manutenção de suas terras, frente ao desenvolvimento industrial, com isso, confirmando que o poder local é sua grande vocação política.

1.6.4 Sistema de reciprocidade do coronelismo

O coronelismo possuía um sistema de reciprocidade, os chefes municipais e os coronéis de um lado, e de outro, a situação política dominante no Estado. O que caracteriza uma relação de dependência mútua, ou seja, sem o poder de liderança do coronel em seu feudo político, (fundamental para a força do Estado), o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, ao passo que, sem isso a importância do coronel seria diminuída. Era uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido, que expõem certo grau de riqueza de ambos os lados, apesar de (em determinado momento o poder público já se achar suficientemente desenvolvido). Esse compromisso tem suas origens nas modificações no cenário rural no final do império. Pois, com o fim do trabalho servil, o início da República e a consequente extensão do sufrágio, os trabalhadores rurais passaram a ter um destaque fundamental nas eleições, crescendo assim, a importância dos donos de terras que, como já foi exposto, possuíam o controle sobre essas regiões. O grande crescimento do contingente de eleitores⁶ foi o ponto articulador da junção entre os detentores do poder público e os condutores das camadas rurais votantes (LEAL, 1993, p. 39).

O Estado oligárquico entra em crise a partir de uma conjuntura de desenvolvimento urbano. Essa que o leva ao declínio é formada por novos elementos estruturantes da sociedade como: uma nova dinâmica econômica, desenvolvimento industrial, urbanização, grupos sociais emergentes (classe média, proletariado, entre outros).

1.6.5 O Estado populista

Tendo diversas formas interpretações e abordagens, o populismo é reconhecido como uma importante forma de governo e característica marcante de vários Estados latino-americanos durante a primeira metade do século XX. Em lugares onde ocorreu um maior avanço quanto ao desenvolvimento econômico, urbano e político-administrativo, ele foi um elemento ativo no processo de declínio definitivo do Estado oligárquico (IANNI, 1991, p.125). Surgiu para responder às condições de atraso econômico e de desigualdades sociais produto das políticas conservadoras aplicadas pelas oligárquicas nacionais. Foi precedido por movimentos⁷ como o Yriogoyenismo (permaneceu no poder entre 1916-1922 e 1928-1930)

6 No período colonial o corpo de eleitores era muito pequeno, mas com a república essa situação se altera em relação a fase anterior. Contudo a grande maioria da população era excluída do processo.

7 Movimentos civilistas e liberais com preponderância ideológica e por vezes prática das classes médias

na Argentina e o Tenentismo brasileiro (movimento político surgido a partir de 1922, que nunca chegou a assumir o poder, dissolvendo-se aos poucos em diferentes tendências), entre outras formas de reações das classes sociais emergentes contra o Estado oligárquico. Em países como Brasil, Argentina e México, o populismo atingiu dimensões autoritárias, mesclado com um plano de incentivo ao desenvolvimento nacional.

Diversas são definições sobre populismo. Para Weffort (2006, p. 39) o populismo é um fenômeno político de massas, típico das "regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização", pautado por uma relação específica entre os indivíduos e o poder político; esse poder é exercido através de um líder carismático tutelador, "em contato direto com os indivíduos reunidos na massa". Assim, podendo ser entendido como estilo de governo e política de massas. Para Laclau (1979, p. 201) o populismo "é a apresentação das interpelações popular-democráticas como conjunto sintético-antagônico com respeito à ideologia dominante.". Essas definições nos apresentam aspectos relevantes, demonstrando-o como um processo urbano, de massas, com um líder carismático, ideologias dominantes entre outros.

Considerado como resultado de uma fase de transformações sociais, políticas e econômicas, implementadas pelo modelo capitalista, devido ao avanço de classes sociais urbanas - burguesia industrial, classes médias, proletariado urbano, militares e intelectuais entre outros - que ganharam relevância, em detrimento as antigas elites agrárias que foram perdendo o monopólio do poder político.

Segundo Ianni (1991, p. 41), este movimento foi uma aliança de classes sociais antagônicas, visando a hegemonia do controle do Estado. E que pode ser entendido como o um estado de compromisso com as elites e com as massas. Pois, devido a medidas políticas e simbólicas, o líder carismático era exaltado pelas camadas populares – desenvolvendo assim, um processo contenção das massas descontentes e mal informadas, suas ações eram interpretadas pelas camadas populares como benfeitorias - contudo, uma forte política desenvolvimentista o atrelava aos vários setores da elite nacional. Com compromisso junto aos grupos dominantes, estabelecendo um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder que passa a se confundir com o Estado como instituição.

Segundo Castro (1996, p. 9) a configuração se mostra como um auxílio importante para dar suporte e legitimidade em meio às dificuldades e incertezas políticas. Percebe-se o ponto chave para expor a relação entre líder e as massas: a "manipulação populista", entreando à ideia básica de controle e tutela do Estado, mas assumindo certas especificidades que exigem exame mais cuidadoso. Tendo a manipulação como uma de suas principais

categorias, esse aspecto pode ser compreendido tanto como uma forma de controle do Estado sobre as massas, como, uma forma de atendimento as suas demandas sociais, porém não em sua plenitude. O Estado se apresenta como se fosse o representante de todas as classes (do povo) como harmonizador dos diferentes interesses e coletividades, sendo imposto para a sociedade como se fosse seu maior e melhor instrumento para a exposição de suas necessidades (o guardião, o porta-vos, intérprete e realizador).

Weffort (apud Castro, 1996, p. 9) desenvolve a ideia de substituição do termo manipulação por aliança, sem, contudo maiores esforços nesse sentido.

A instalação dos governos populistas na América Latina se fez através de vários meios, por via eleitoral - de acordo com a democracia representativa -, ou como no caso Vargas, através de golpes de Estado e depois pela via eleitoral. As forças populistas não possuíam somente uma forma de alcançar o poder, existia uma grande diversidade na formação dos governos. Dessa forma, os governos eram obrigados a funcionar de acordo com as normas institucionais já existentes, ou em certos casos conseguindo mudar parcial ou amplamente as instituições e suas regras políticas, instaurando seu modelo de governo. Exemplo disso é Vargas, que remodelou entre 1937-1945 as estruturas estatais em conformidade com o pacto populista, porém, entre 1951-1954, teve que governar nos moldes da democracia representativa (IANNI, 1991, p. 122).

No Brasil o populismo surge no contexto que levou à crise do modelo oligárquico - organização dos trabalhadores em sindicatos, surgimento de novas classes sociais, insatisfação popular, crise de 29, crise da economia agro-exportadora e o conseqüente processo de industrialização. Situação que possibilitou a eclosão do evento de 1930, comandada por novas forças sociais. “Isto não significava, entender o evento de 1930 como uma revolução burguesa, mas justamente precisá-la como uma transformação ainda liderada por forças oligárquicas, capazes de tecer variadas alianças” (CASTRO, 1996, p. 10).

1.6.6 O Colapso do populismo

A discussão dos problemas políticos e econômicos desse período conduzem a uma análise das razões do colapso do populismo. A guerra fria e a dificuldade de manutenção do agrado ao mesmo tempo ao povo e as elites, em um contexto de divisão ideológica, a contradição gerada, pois em um contexto de dubiedade ideológica, se tornava inviável uma abertura econômica com atendimento as demandas sociais, ou seja, a existência de líderes

com estreita relação com o povo abria espaço para regimes de esquerda, o que dificultava a entrada de capital estrangeiro.

1.7 O POVO NO ESTADO OLIGÁRQUICO E NO ESTADO POPULISTA

Como observamos, o Estado oligárquico e o Estado populista representaram formas de organização, características da América Latina – em particular do Brasil -, cada qual com suas especificidades (formas de administração, relações econômicas, entre outras). Sendo, portanto, duas formas de Estado que se constituíram a partir do momento em que determinadas condições encontravam-se preparadas, em contextos, aqui já trabalhados.

Ao tentar compreendê-los, verificam-se as relações existentes entre as camadas populares e a estrutura governante do Estado. Com isso, chega-se ao principal objetivo da análise dessas formas de Estado: entender como o povo se apresenta e é entendido no interior desses dois modelos de organização estatal.

1.7.1 O povo no Estado oligárquico

No regime oligárquico as camadas populares são tratadas como inferiores e assim desprezadas. O poder é exercido pelos grupos dominantes, sem a livre aceitação do povo, sua situação é entendida como um estado natural e sem possível remediação, vivendo em um quase que completo estado de miséria e descaso por parte do poder público constituído. A harmonia de interesses e forças que balizam o regime oligárquico dificulta a indicação de formas de resolução dos impasses decorrentes de contatos com os grupos sociais que não estão no poder. Sendo nesse processo, mais simples o exercício da autoridade e da força do que a formalização de regras e normas. Como é exposto no trecho a seguir

Em síntese, no regime oligárquico o poder é exercido sem o consentimento livremente expresso pelo povo. Isto é, o povo aquiesce, por meios “não legais”, tais como tradição, violência, a expectativa de favores ou a resignação ao *status quo*, encarado como estado natural. Assim, o poder político e econômico é exercido pelo mesmo grupo e pessoas interpostas, em nome ou em benefício de uma classe social bastante reduzida e solidária no controle do poder. As classes e os grupos sociais que se acham fora do poder são desprezados e até mesmo tratados como inferiores. Esta discriminação poder ser facilitada pela seleção de “marcas sociais”, quando a sociedade se compõe de índios, mestiços e brancos, ou negros, mulatos e brancos. Nesses casos, com frequência as linhas de cor e de classe andam juntas. Ao mesmo tempo, pode haver diferenças sócio-culturais notáveis, quanto à língua e às crenças religiosas, entre os “donos do poder” (IANNI, 1991, p. 68).

1.7.2 O povo no Estado populista

A compreensão da relação entre Estado e as classes populares, torna-se ponto fundamental para o entendimento do populismo como política de manipulação das massas, nele ocorre uma relação onde um é forte e ativo, de modo que, o outro é fraco e passivo. O último, pelo fato de não estar organizado como classe não possui possibilidades de impulso. As massas são tratadas como inferiores, não participando efetivamente, mais sim de forma passiva, das decisões políticas. Weffort (apud GOMES, 1996, p. 9) entende as origens do populismo como resultado da aglutinação de forças e interesses, de necessidades e condições expressas pelas novas realidades impostas pela estrutura que se montou a partir de 1930, com a crise do liberalismo oligárquico brasileiro e a necessidade do alargamento institucional das bases sociais de poder do Estado. Dentre estas, figuram tanto aproximações com setores industriais econômica e politicamente pouco articulados, quanto aproximações com as chamadas classes médias urbanas e também com as classes populares emergentes.

Nesse contexto, expõe as novas realidades, com grande instabilidade estrutural, que serviram de instrumento para a aproximação entre os grupos dominantes e as classes populares – essas sem representatividade e força política para almejar uma participação mais efetiva e autônoma. A incapacidade do Estado – comandado pelas classes dominantes – em crise e sem condições de dirigir com segurança, proporcionou a busca pelo apoio político das massas emergentes, percebidas e temidas pelos grupos dirigentes.

Em um exame de comparação com a classe operária europeia, as massas brasileiras, são consideradas desorganizadas e privadas da real noção de suas condições e necessidades, sem consciência de classe, portanto, prontas para serem manipuladas por medidas populistas (CASTRO, 1996, p. 9). No populismo devido às novas circunstâncias o povo é utilizado como massa de manobra, nele uma grande quantidade de forças antagônicas precisam ser atendidas. Weffort (2006, p. 45) destaca a importância de se saber até que ponto os “interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos”, ou até que ponto eles funcionaram apenas como massas de manobra.

1.7.3 Aspectos comuns

A relação de compromisso - característica do jogo político - e a utilização das camadas populares para o alcance e manutenção do poder, são aspectos relevantes encontrados nas duas formas Estado, apesar de assumirem feições e incorporarem atores diferentes.

A ideia do compromisso levaria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seu alcance e seu potencial no cenário político. Na oligarquia o compromisso é estabelecido entre o poder central e as forças locais (em uma relação de reciprocidade). No populismo a relação de compromisso se dá entre as forças dominantes que assumiram o controle do Estado - mas que são incapazes de dar sustentação e legitimidade a ele - e as forças populares (as massas) que constituem a base do sistema e que passam a integrá-lo, como já foi dito, de forma subordinada. Nos dois Estados as camadas populares são utilizadas como formas de sustentação do poder político. No Estado oligárquico uns são donos do poder outros não possuem poder nenhum (IANNI, 1991, p. 69).

O poder político das oligarquias é alcançado através da persuasão, repressão, utilização da força policial, da corrupção, assim como da relação de dependência estabelecida entre as camadas pobres e as elites rurais, as únicas de quem os primeiros recebem algum tipo de auxílio. No populismo o poder se verifica polarizado entre seus atores, as massas possuem influência no poder (porém não de forma direta), pois são capazes de produzir através de suas reivindicações, pressão sobre o governo para obter o atendimento às suas necessidades. Percebendo isso, o Estado utiliza meios para inviabilizar suas ações, antecipando-as. Algo parecido como aquilo que segundo Gramsci (apud GOHN, 1997, p. 187), ocorre no Estado Ampliado⁸ onde um processo dialético, com um sistema de correlação de forças se faria, assim para cada pressão uma resposta ou atuação antecipada às pressões se verificaria. Dessa forma, em determinados momentos, o Estado deveria alterar sua postura política incorporando ou abrindo espaços novos às forças sociais que o pressionam, contendo-as ou não.

8 Diante das contradições e complexidade das sociedades, o Estado teria seu campo de atuação e seu significado simbólico ampliado, ultrapassando as limitações dos órgãos governamentais, convertendo-se na união da sociedade civil e da sociedade política. Renegando assim, a idéia de Estado como um simples espaço de poder a serviço da classe dominante, demonstrando a conquista do espaço político perpassando os aparelhos estatais, ressaltando que as mudanças sociais se dão de formas graduais, cujas transformações de valores e práticas da sociedade levam a tomada do poder por nova classe.

2 CAPÍTULO II: PARENTESCO E PODER

A necessidade de se desenvolver um capítulo com essa temática, reside na importância de se entender o processo de constituição familiar e suas formas de organização e colocação nas mais diferentes sociedades, em tempos, espaços, culturas e condições variadas. Buscando desse modo, analisar o papel que essa instituição possui na sociedade contemporânea. Assim como, compreender as relações de poder que se estabelecem nesse ambiente e as formas e os objetivos da transferência destas relações para o meio público.

2.1 A FAMÍLIA

A família é uma instituição social que possui grande importância na sociedade humana e contém características como relações de intimidade, proteção, afeto, respeito e que exerce um caráter disciplinador em seus componentes. É o espaço inicial no processo de socialização, onde aprendemos a seguir regras de comportamento e de convivência e a lidar com as diferenças e com os limites (TOMAZI, 2007, p. 36).

É um ambiente social que através dos tempos foi sofrendo alterações em sua forma de constituição e desse modo, foi assumindo características inteira ou parcialmente novas. Surgiu, organizou-se e evoluiu, a partir de determinadas condições culturais (como fatores econômicos e políticos) impostas pelas transformações no modo de vida dos grupos, apresentando-se como consequência da necessidade dos agrupamentos da sociedade.

Engels (1984) em sua obra "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", discorre sobre a origem da família, da propriedade privada e do Estado, elementos fundamentais nas sociedades modernas. Neste processo, o teórico, orienta-se a partir da origem da família, descrevendo seu surgimento, suas modificações e novas realidades.

Segundo a obra, na família primitiva, o trabalho, a propriedade e a produção - sem excedentes para o comércio com fins de acúmulo de riqueza - eram atividades coletivas. Contudo, através dos tempos, essa instituição foi mudando sua forma e suas regras de constituição se alteraram, assumindo uma nova configuração. Novas realidades foram sendo impostas, a antiga estrutura baseada na agricultura de subsistência, em relações de parentesco e com a propriedade terra sendo comum a todos, foi aos poucos abandonada.

Um processo de expansão territorial se desenvolve, provocando o contato com outros povos, através de guerras ou do comércio, decorrendo disso um sistema de troca, compra e venda. Esse evento foi motivado pelo desenvolvimento das atividades comerciais e de

relações mais complexas de organização, acompanhado de outros aspectos. O que possibilitou o surgimento de grupos que perpassaram o meio familiar. Desenvolveram-se então, outras atividades como agricultura – com a produção de excedente - direcionada para a comercialização e a própria indústria.

De acordo com Engels (1984) com a decadência da família primitiva, os modelos familiares foram tornando-se distantes de suas origens. A posse de bens, (principalmente da terra) e a divisão do território, originaram a propriedade privada e o Estado (este ultimo surgindo como uma necessidade para consolidar essas e outras novas realidades). A origem da família poder ser classificada da seguinte forma: segundo épocas distintas, tem-se o:

- Estado selvagem (quando a união do grupo se dava em função do desejo de proteção);
- Barbárie (vida em grupo, casamentos comunitários);
- Civilização (onde, através de leis e normas, os grupos foram se organizando e estruturando).

Na civilização ocidental as famílias seguiam critérios monogâmicos, a partir do declínio da estrutura familiar primitiva, a sociedade moderna se molda e estrutura-se (ENGELS, 1984, p. 32).

Nas discussões sobre o tema família, outras visões podem ser destacadas como a do antropólogo Francês Claude Lévi-strauss (1972 apud OLIVEIRA, 2001, p. 176), o qual afirma que alguns podem entender que o estudo da família é uma coisa simples, por ser tão comum e por ser uma realidade muito próxima de nossa experiência. Contudo, o estudo comparativo da família entre muitos povos diferentes deu origem a alguns dos mais acirrados debates de toda a história do pensamento antropológico. Ele argumenta que teorias evolucionistas, influenciaram diversos antropólogos do século XIX e princípios do século XX. A ideia de superioridade e inferioridade predominou nesses trabalhos e fatos mal interpretados e distorcidos foram consequências dessas formas de análises. Com o tempo essas modelos de abordagem tornaram-se obsoletos, abrindo espaço para novos meios de análise e compreensão como afirma no trecho a seguir.

Muitas tribos, como a dos Nhambiquara do Brasil central, vivem em pequenos bandos seminômades, *possuem pouca ou nenhuma organização política*, e seu nível tecnológico é muito baixo: pelo menos entre algumas não existe noção de tecelagem, de cerâmica e mesmo, às vezes, de construção de choupanas. Assim, a única estrutura social que se poderia mencionar entre elas é a família, geralmente monogâmica. O observador *in loco* não tem dificuldade em identificar os casais, intimamente associados por laços sentimentais e pela cooperação econômica, bem como pela criação dos filhos nascidos de sua união.

Segundo Lévi-strauss (1972, apud OLIVEIRA, 2001, p. 177) "a maioria dos antropólogos passou a admitir que a vida familiar está presente praticamente em todas as sociedades. Mesmo naquelas que possuem costumes sexuais e educacionais bastante distantes dos nossos. Porém, durante muito tempo o tipo ideal de família, esteve ancorado no modelo tradicional ocidental patriarcal do século XIX. Os tipos que fugiam a esse modelo eram entendidos como anormais.

Já Althusser (1998, p. 66) a partir de uma perspectiva marxista, define o aparelho familiar como parte de um conjunto de instrumentos que compõem a estrutura do aparelho ideológico de Estado. E sendo componente desse agrupamento, a família atende as exigências impostas pela sociedade, buscando a unidade do sistema.

Para ele os aparelhos ideológicos de Estado visam a manutenção dos indivíduos, dentro dos preceitos da sociedade, moldando-os e condicionando-os a uma situação de submissão, se utilizando fundamentalmente de ideologias, porém, também podendo usar meios repressores.

Contudo, a partir da visão antropológica de Lévy e Fallers (1976, apud HOEBEL; FROST, p. 203), diferentemente dos posicionamentos até aqui apresentados, o casamento é entendido como a "instituição", sendo então a família apenas um "grupo"- ou seja - o corpo pessoal, uma unidade no interior da sociedade, cujas ações se destinam a satisfazer as metas da instituição.

Nessa perspectiva, a família é entendida como uma estrutura constituída sobre uma unidade primária da cultura e da sociedade humana. Suas funções básicas podem ser desempenhadas com diferentes graus de eficiência, de cultura a cultura. Os autores sugerem que as funções da família podem ser agrupadas em quatro categorias distintas, que são: sexuais, reprodutivas, econômicas e educacionais. Desse modo, esses aspectos são compreendidos em uma dimensão que ultrapassa reducionismos, encontrando seu sentido e o significado de sua existência, na combinação dessas categorias. Sendo, portanto, inviável a análise de elementos isolados.

Dessa forma, parte-se da ideia de que as uniões entre homens e mulheres são reguladas socialmente e possuem funções que vão além da procriação e da criação dos filhos. Exemplo disso, é o fato de que a satisfação sexual não poderia ser a única função da família, pois, em muitas sociedades as relações sexuais podem ser desenvolvidas antes do casamento, diante disso, não haveria sentido o indivíduo contrair tal relação somente para esse fim.

As funções econômicas servem para a organização e para a divisão das tarefas, a educação para condicionar o indivíduo para a relação com a sociedade e com seu *status*.

2.1.1 A crise da instituição familiar

A família é entendida como uma célula social básica, como uma unidade socializante primária e de grande relevância para as sociedades. Entretanto, sobre ela, hoje recai a discussão referente sua condição na contemporaneidade, fato que se configura como um dos pontos que desperta interesse de teóricos e especialistas no assunto, os quais se utilizam de argumentos contundentes para defender seus pontos de vista sobre o tema.

Segundo (LAGO, 2002, p. 117) atualmente a família é mantida por laços tradicionais que a caracterizam historicamente, como é exposto no trecho a seguir:

A família é mantida pela transmissão da herança cultural (socialização e aculturação), do nome de família (descendência – aqui o conceito de família associa-se ao de linhagem), dos contatos sociais, da propriedade (herança patrimonial) e do status (sucessão), pelo princípio de legitimidade [...].

Dessa forma, o teórico entende a permanência da família na sociedade contemporânea, com a forte presença de elementos do passado. Contudo, verificam-se diferentes formas de interpretações que apresentam outros modos de abordagem.

Para Toscano (2002, p. 106) a instituição familiar vem passando por modificações radicais e progressivas, pois com os novos tempos trazidos pelo desenvolvimento industrial, um grande impacto se fez sentir sobre o mundo contemporâneo e nesse contexto, ela, com seus padrões tradicionais foi sendo visivelmente abalada, fato que proporciona mudanças profundas e com certo grau de complexidade, que se intensificam cada vez mais e em ritmo acelerado, dia após dia.

O referido autor observa essas mudanças (2002, p. 112-113)

É justamente nesta defasagem que vamos encontrar um dos pontos nevrálgicos da crise que abala a família nas sociedades em rápido processo de industrialização. Enquanto instituição fundamentalmente conservadora, ela não tem encontrado condições de rápida adequação à nova realidade social em que está inserida. Mas esta realidade é implacável em suas exigências de adaptação e a cada dia – poderíamos dizer a cada instante – está a desafiar as instituições que a constituem, gritando-lhes: cedam ou adaptem-se, decifrem-me ou eu as devoro.

Dessa forma, responde-se a questionamentos de o quanto as novas realidades do mundo contemporâneo contribuem para uma possível decadência e desagregação da estrutura familiar tradicional.

É inegável que a família vem passando por transformações aceleradas. Contudo, essas transformações abrem espaço para modelos familiares, considerados como resultado das novas realidades.

Atualmente uma variedade de características compõe a estrutura familiar, entre essas podem ser destacadas modificações na sua forma de organização, composição e liderança. Pois, observam-se famílias com número cada vez mais reduzido de filhos; a mulher assumindo cada vez mais a posição de liderança na instituição familiar, pois a antiga estrutura patriarcal, com total submissão feminina ao homem, vem sendo superada, apesar de ainda existirem elementos característicos do passado. E famílias surgidas a partir da união de pessoas do mesmo sexo, entre outras.

2.1.2 Relações de parentesco

As relações de parentesco e descendência podem ser entendidas de maneiras variadas, elas assumem posturas complexas devido ao fato de serem constituídas por uma série de elementos que se ligam uns aos outros, formando uma espécie de rede de relações, sendo úteis, nesse sentido, no processo de compreensão de diversas culturas. Para isso, necessitando de uma abordagem mais específica o que não nos cabe agora.

Nas sociedades primitivas e na maior parte das civilizações não ocidentais, os vínculos de parentesco assumem um grande destaque na manutenção da condição do indivíduo, o contrário ocorrendo nas sociedades industriais, onde a mobilidade e a mudança da condição social do indivíduo, deriva, na maior parte das vezes, dos próprios méritos, pouco dependendo das relações de parentesco (HOEBEL; FROST, 1979, p. 221).

É preciso compreender que os vínculos familiares não se esgotam nas relações entre pais e filhos, pois se estendem em direções variadas e inclusivas.

2.1.3 O clã e a linhagem

O clã é uma estrutura formada por pessoas ou grupos familiares de descendência e ancestrais comuns. A linhagem é formada por linhas de parentesco e séries de gerações familiares, é a forma mais simples de grupos de parentesco, pode ser dividida e subdividida em segmentos menores. Seu reconhecimento moderno como estrutura-chave em muitos sistemas sociais deve-se em grande parte à influência de A. R. Radcliffe-Brown e ao trabalho de campo realizado por antropólogos treinados por ele (HOEBEL; FROST, 1979, p. 227).

a diferença essencial entre a linhagem e o clã é que os membros da linhagem podem realmente remontar a suas genealogias de descendência comum até um antepassado conhecido, enquanto que os membros do clã não podem. Entretanto, as pessoas que pertencem a um determinado clã acreditam que têm uma descendência comum, e que seu comportamento é determinado de acordo com esta descendência.

O desenvolver dessas estruturas é exposto a seguir:

Nas teorias evolucionistas do século XIX, uma questão importante foi se os clãs matrilineares ou patrilineares foram os primeiros na evolução da sociedade humana. Morgan, seguido por Marx e Engels, afirmou que os sistemas matrilineares tiveram a prioridade numa espécie de elísio comunista. O sistema de patrilinearidade, de acordo com Marx e Engels, veio depois da introdução de pares casados, quando os homens não quiseram mais passar suas propriedades colateralmente aos filhos de suas irmãs. Eles estabeleceram herança patrilinear, iniciaram a propriedade privada nos seus rebanhos domesticados, introduziram a escravidão e subordinaram as mulheres à dominação patriarcal. Estas práticas resultaram no que Engels chamou de a primeira grande revolução social e “a derrota histórica mundial do sexo feminino,” contra qual está lutando hoje o movimento de libertação feminina. Bachofen também defendeu a prioridade do clã maternal no seu trabalho *Das Mutterrecht* (o direito das mães). Outros, como MacLennan, afirmaram que o clã patrilinear, com regras patriarcais, apareceu primeiro. No mundo ocidental esta disputa já foi resolvida há muito tempo, mas os antropólogos da Rússia ainda se apegam com toda a fidelidade à interpretação de Morgan feita por Engels. (HOEBEL; FROST, 1979, p. 233)

2.2 FAMÍLIA, POLÍTICA E PODER

Por sua própria natureza, a família pode ser compreendida como uma forma de organização que segue preceitos e ordenamentos políticos. Sendo este ambiente entendido como um espaço de aglutinação, com elementos orientados a partir de uma hierarquia disciplinadora (e por vezes rígida) e que desenvolve e constitui relações íntimas de poder sobre seus membros, adequando-os e moldando-os para as sociedades em que vivem, em uma espécie de célula primária.

Concomitante a isso, a estrutura familiar, através de um processo de transferência de elementos da organização privada para o meio público, pode ser compreendida como um mecanismo de apreensão e conservação do poder (este não estando mas restrito aos limites familiares). Dessa forma, percebe-se a grande importância concedida a essa instituição para a lógica de funcionamento e sustentação de parte das estruturas politizantes e condicionantes da sociedade.

Segundo Lago (2002, p. 116-117), de acordo com a teoria funcionalista, a família atende a várias finalidades sociais, pelo fato de ser possuidora de inúmeras e diferentes funções, entre essas ganham destaque:

- As funções biológicas; que tem como objetivos a procriação, proteção à prole e satisfação sexual.
- As funções ecológicas; que objetivam o ordenamento do espaço através das habitações do lar.
- Funções econômicas; que buscam a produção (esta em crise a partir da introdução do sistema fabril), o consumo, a manutenção e a ampliação da propriedade.
- Funções sociais; com finalidade de conferir atribuição de status, controle social e mesmo proteção aos seus membros em geral.

Diante disso, ganham destaque também as chamadas funções políticas, fundamentadas a partir de dois elementos constituídos tradicionalmente: a orientação ideológica e a herança do poder. O primeiro muito forte no passado, estando atualmente em declínio, devido à redução da autoridade paterna e à aceleração das mudanças culturais. O segundo, ainda presente nas mais variadas formas em diversas sociedades contemporâneas.

2.2.1 Relações de parentesco e o Poder

Como já foi visto anteriormente, através dos tempos, diferentes modelos de organização familiar, efetuaram-se nas sociedades. A partir de agora, o trabalho passa a evidenciar a dinâmica que as relações de parentesco e poder, assumiram no sentido de distribuição e concentração de poder.

Assim, a relação entre Parentesco e Poder, constitui-se como um tema que remete a variadas formas de interpretações e discussões. Contudo, por enquanto, busca-se no sentido de orientar as controvérsias e discriminações dela decorrente, almejando principalmente congregar os dois elementos em um debate referente a uma prática verificada em diversas sociedades, em tempos e espaços diferentes e que resulta na condição de elemento central, sendo, portanto, comum a essas.

Os exemplos disso são elencados como pode ser observado nas discussões a seguir.

Na Grécia Antiga os genos eram formas de organização familiar (comunidades familiares) que se reuniam em torno de um chefe, chamado de Pater (Pai). O poder era transmitido do pai para o filho primogênito (DIVALTE, 2008, p. 39).

Os genos eram organizações onde a coletividade prevalecia, porém, seu processo de desintegração fez com que o Pater, passasse e privilegiar seus parentes mais próximos, os eupátridas (os “filhos do pai” ou “bem-nascidos”). Com isso, os eupátridas ao concentrarem o

poder advindo da posse sobre a terra, formaram a primeira grande aristocracia grega (AZEVEDO e SERIACOPI, 2008, p. 55).

Outro exemplo pode ser observado no regime absolutista, pois no fim do período medieval e início do mundo moderno, momento de ascensão dessa forma de governo, diversos pensadores desenvolveram teorias para justificar o poder dos reis entre eles: Jean Bodin, Thomas Hobbes e Jacques Bossuet este último, bispo e autor da obra "A política tirada da Sagrada Escritura", defendia a teoria da origem divina do poder real, segundo a qual o poder do rei era absoluto porque vinha de Deus. Logo, ele devia satisfação de seus atos somente ao supremo criador.

No sistema absolutista a transferência do poder - a sucessão do rei ou rainha - é feita através da hereditariedade (seus descendentes), seguindo todo um cerimonial cercado por um enorme simbolismo.

No trecho a seguir Bossuet expõe argumentos para justificar o poder dos reis e a transferência desse para seus descendentes, como uma forma de perpetuação, ressaltando a importância da família e a relação com a estrutura pública e o respeito familiar.

Três razões fazem ver que este governo (o da monarquia hereditária) é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio. [...] A segunda razão [...] é que esse governo é o que interessa mais a conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para o seu Estado, trabalha para seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino, confundido com o que tem pela sua família, tornasse-lhe natural. [...] A inveja, que se tem naturalmente daqueles que estão acima de nós, torna-se aqui em amor e respeito; os próprios grandes obedecem sem repugnância a sua família que sempre viram como superior e à qual se não conhece outra que a possa igualar [...]. O trono real é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. [...] Os reis [...] são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. [...] O rei vê de mais longe e de mais alto: deve acreditar-se que ele vê melhor, e deve obedecer-se-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição (DIVALTE, 2008, p. 208)

ENGELS, (1984, p. 37) entende o processo de transmissão da posse dos bens do pai para seus filhos como uma necessidade imposta pela civilização nascente. Como pode ser observado a seguir.

Com o triunfo da civilização nascente, o domínio do homem passa a ser cada vez maior, assumindo características únicas como o da paternidade indiscutível, exige-se essa paternidade, porque: os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão na posse dos bens de seu pai.

No Brasil as formas de organização política e constituição do poder tiveram fortes laços com a estrutura familiar. Com a família tradicional cujo modelo patriarcal rural predominou no Brasil colonial, a autoridade do homem sobre a mulher e os filhos prevalecia,

estando ancorada em uma moral e valores impostos, seguidos obstinadamente e na maior parte das vezes sem possibilidade de contestação, o poder dos senhores de engenho é exemplos disso.

Já no período republicano, devido a um sistema que viabilizava estrutura do poder local, o coronelismo e a influência dos chefes locais, oportunizavam, em virtude de interesses privados, uma maior presença de parentes em cargos públicos representativos.

Max Weber (apud ARON, 1987, p. 499-500) em suas análises e estudos sobre os tipos legítimos de dominação, discorre acerca das formas e modalidades de transferência do poder, assim como, dos mecanismos e instrumentos utilizados para a sucessão no interior da dominação carismática, aspectos que podem ser melhor entendidos e visualizados no trecho a seguir:

A análise das transformações da dominação carismática é exemplar. Esta forma de dominação tem, na sua origem, algo que está fora do cotidiano (*ausseralltaglich*). Possui, portanto, em si mesma, alguma coisa de precário, porque os homens não podem viver de forma duradoura fora do cotidiano, e porque tudo o que é incomum inevitavelmente se desgasta. Ocorre, em consequência, um processo estritamente ligado à dominação carismática: o retorno do poder carismático à vida cotidiana (*Veralltaglichunh deo Charismas*). A dominação fundamentada nas qualidades excepcionais de um homem pode sobreviver a esse homem? Todo regime marcado pela origem carismática do seu líder supremo não pode deixar de ser confrontado com a questão da sobrevivência e da herança. Max Weber se volta assim para uma tipologia dos métodos pelos quais se resolve o problema mais importante da dominação carismática, que é o da sucessão. Pode haver uma procura organizada de outro portador de carisma, como na teocracia tibetana tradicional. Os oráculos e o apelo divino podem ser utilizados também para a institucionalização do excepcional. O chefe carismático pode escolher pessoalmente seu sucessor, mas é preciso que este seja aceito pela comunidade dos fiéis. O sucessor pode ser selecionado igualmente pelo estado-maior do chefe carismático, e depois reconhecido pela comunidade. Pode-se admitir que o carisma é inseparável do sangue, tornando-se hereditário (*Erbcharisma*). A dominação leva neste caso à dominação tradicional. A graça de uma pessoa se torna propriedade de uma família. Finalmente, o carisma pode ser transmitido de acordo com certos processos mágicos ou religiosos. (ARON, 1987, p. 499-500)

Dessa forma, ocorrência de uma mutação onde a dominação carismática passa à dominação tradicional é percebida e exposta por WEBER (apud DIAS, 1997, p. 72). Para ele “toda legitimação carismática tende a tornar-se uma legitimação tradicional”. Isso, podendo ser observado nos meios vinculados as formas de controle político e econômico da sociedade, em que o chefe carismático tem a possibilidade de escolher pessoalmente seu sucessor, contudo, nesse processo, faz-se necessário que o escolhido seja aceito e acolhido pelos seguidores do chefe.

No sentido familiar, essa formatação pode seguir os mesmos caminhos, já que o chefe familiar e político lança mão de seu prestígio e capacidade de persuasão sobre os seus

seguidores (eleitores). Porém, com a diferença de que objetiva, não apenas eleger seu sucessor, mas também de fortalecer seu poder na sociedade.

Compreende-se, portanto, a partir dos exemplos até aqui apresentados e analisados, a existência de meios de transmissão do poder através das relações de parentesco, transmissão essa, fundamentada e conduzida pela tradição, pela autoridade e pela condição dos que o exercem.

2.3 “POLÍTICA É ASSUNTO DE FAMÍLIA” O PODER DAS FAMÍLIAS EM MACAPÁ.

A existência de famílias com grande tradição e poder na política, é uma realidade e uma constante em Macapá. É um fato entendido como um processo que se intensifica em proporções cada vez maiores, com uma ampliação estrutural significativa, repercutindo em diversos segmentos sociais.

Assim, diante desse contexto, podem surgir discussões acerca das motivações que contornam essa configuração em Macapá, questão que é analisada a seguir, almejando compreender e vislumbrar quais as possíveis causas e razões para essa situação.

Talvez as motivações para o desenvolvimento desse processo, estejam na grande instabilidade que o meio político proporciona. Visto que, o dinamismo do fazer político se efetua e concretiza a uma velocidade que, por sua vez, alguns atores não conseguem acompanhar. Pois, se for levado em consideração, que a atividade política é composta por acordos, negociações, disputas, arranjos, desentendimentos entre outros, os quais, variavelmente são assegurados por alianças frágeis e de conveniência, derivadas de interesses pessoais e com objetivos imediatos. Pode-se entender esse mecanismo como um recurso de proteção, sendo uma forma de garantir a sobrevivência no ambiente político.

Essa é uma prática que se expressa através da possibilidade de uma virtual consolidação de elementos enraizados em uma estrutura viabilizante de autoridade e domínio. Dessa forma, as causas dessa realidade, podem ser reunidas e resumidas para a busca, o alcance e a manutenção no poder. Pois, quando não se possui bases sólidas e confiáveis, maiores são as dificuldades de manutenção e sustentação no poder. Assim, o transporte da estrutura familiar, para o ambiente político poderia se configurar como uma espécie de garantia contra as possíveis e naturais distorções provenientes da quebra de alianças, visto que, com a possibilidade da permanência de elementos característicos da formação familiar tradicional como o afeto, a imposição de limites e regras, de deveres e obrigações e

principalmente do respeito e da obediência às ordens, no meio político, ocorre uma maior possibilidade de segurança e defesa.

Assim como no seio familiar, nas estruturas políticas, tudo geralmente é conduzido por uma (ou algumas) figura central, possuidora de autoridade e merecedora de respeito, obediência e fidelidade. Em suma, que possui influência significativa sobre os outros, esta sendo capaz de manter o controle sobre o grupo.

A relação de poder construída no meio familiar é utilizada no meio político público, com o objetivo de manter-se figurando entre as esferas dominantes.

2.4 PARTIDOS E FAMÍLIAS EM MACAPÁ (OPOSIÇÕES DE CONVENIÊNCIA).

Em Macapá alguns dos principais partidos políticos brasileiros, como: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), entre outros, são dirigidos ou diretamente influenciados por famílias tradicionais da política amapaense ou com poder político. De modo que, essa configuração proporciona a visualização e concretização de um cenário onde as referidas instituições partidárias podem chegar a assumir contornos e características das famílias que estão a sua frente, possibilitando com isso, sua utilização como instrumento de atendimento a interesses particulares.

Alguns exemplos que se enquadram no contexto citado são analisados a seguir.

O PSB no Amapá, assim como vários outros partidos no Estado, possui em sua direção uma família – a família CAPIBERIBE. Tendo como presidente o ex-governador do Estado do Amapá, ex-prefeito de Macapá e ex-Senador da República, João Alberto Capiberibe. Dela também fazem parte a ex-Deputada Federal Janete Capiberibe e o ex-Deputado Estadual e atual Governador do Estado Camilo Capiberibe.

Outro exemplo é o Partido Progressista (PP) que no Amapá conta com a presença da família DIAS e da família DUARTE. Sendo que os membros da primeira já ocuparam cargos políticos de grande relevância no Estado. O partido é presidido pelo ex-Deputado Federal Benedito Dias - irmão do ex-governador do Estado Pedro Paulo Dias de Carvalho. A família Duarte tem na figura do Deputado Estadual Edinho Duarte seu grande representante político, este, porém, busca a cada processo eleitoral ampliar o número de membros de sua família no quadro político representativo.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) – é dirigido pela família GÓES, a qual pertence o Ex-governador do Estado Antônio Waldez Góes, e o atual prefeito de Macapá Roberto Góes, além das Deputadas Estaduais eleitas Marília Góes (mulher do ex-governador) e Maria Góes (mãe do atual prefeito de Macapá), e de outras figuras que também já ocuparam cargos no governo, quando esta família esteve na direção do Estado.

PMDB – tem a presença das famílias BORGES E FAVACHO, a família Borges do Senador da República Gilvan Borges e de outros como o ex-prefeito de Santana Geovani Borges. A família Favacho tem a frente politicamente a Deputada Estadual Francisca Favacho e o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE- Amapá) Amiraldo Favacho, contando ainda com seus filhos, o vereador Acácio Favacho e seu irmão o Deputado Estadual eleito Junior Favacho.

PSDB – é conduzido pela família AMANAJÁS, a qual pertencem o Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, Jorge Amanajás, e o vereador e Presidente da Câmara municipal de Macapá, Rilton Amanajás.

Do período eleitoral de 2008 até a conclusão deste trabalho em 2011, os partidos aqui citados, ainda possuíam a sua frente famílias.

Diante dessas informações, fica evidente a forte presença de famílias na esfera política partidária/representativa. Dessa forma, levando em consideração as disputas e arranjos que permeabilizam e configuram o jogo político, abre-se o espaço para a discussão sobre as relações divergentes existentes entre os atores políticos locais, ou seja, a relação de “situação e oposição”. Esta sendo entendida como uma característica, que se não pode ser considerada exclusiva da realidade política do Amapá, é no mínimo um aspecto que assume um destaque especial, já que, grande parte das relações de oposição entre os agentes políticos no Estado, podem ser consideradas como de conveniência (pois muitas vezes são motivadas pela busca de vantagens, em benefício e proveito próprio), pois, em virtude dos acordos firmados, dos interesses em cena, do momento e das circunstâncias envolvidas, podem existir ou não. Inimigos declarados em um determinado momento podem ser aliados em outras ocasiões.

Porém, quando nesse processo estão envolvidas famílias - e na maior parte das vezes estão – a questão pode assumir contornos específicos, onde as oposições derivadas de ideias contrárias (como ideologia partidária, convicções políticas entre outros) parecem ficar em segundo plano, frente as rivalidades familiares, e nesse caso, aparentemente, dificultando uma possível aliança.

Dessa forma, em algumas situações, o que parece realmente existir, é mais a rivalidade entre determinadas famílias (ou grupos), do que oposição partidária de fato. Assim, quando

famílias rivais estão envolvidas na disputa, as divergências ideológicas e partidárias, por vezes são postas em segundo plano, frente a um fator maior.

Em alguns casos é mais fácil o entendimento entre partidos com ideologias contrárias do que o entendimento entre famílias rivais. Rivalidades essas, que podem surgir a partir de interesses políticos ou econômicos, mas que acabam por sua vez assumindo contornos pessoais e disseminando-se entre os simpatizantes políticos ou familiares.

As rivalidades entre as famílias Capiberibe e Góes e entre Capiberibe e Borges, são exemplos dessa articulação.

No primeiro caso, são famílias que já ocuparam a direção maior do Estado e que vem controlando a administração estadual e municipal há vários anos. E por isso, rivalizam pela hegemonia do controle político do Estado. As duas famílias alcançaram grande poder na sociedade amapaense. Contudo, apesar de rivalizarem politicamente, alguns de seus respectivos membros, possuem certo grau parentesco.

No segundo caso a contenda entre as famílias Capiberibe e Borges, se dá principalmente em razão da disputa (entre João Capiberibe e Gilvan Borges) pelo cargo de senador da República. Em uma verdadeira “guerra” política, como se observa através dos meios de comunicação de propriedade do atual senador, pertencente a família Borges. Verifica-se uma intensa busca pelo “descredenciamento” do opositor, e que se estende para seus familiares, e não sendo diferente da parte contrária.

Esses são exemplos de rivalidades originadas de disputas políticas e que se intensificam, não só a cada processo eleitoral, mas a cada aliança, ou quebra de aliança, ou seja, a cada dia.

Logicamente que fatores como: o modo de fazer política; a relação conflituosa de uma família com a outra e concepções ideológicas opostas; são relevantes motivos para as discordâncias – porém, não pontos primordiais para o desenvolver dessas rivalidades em tamanha proporção. Podendo, portanto suas motivações serem atribuídas à grande representatividade e ao poder de influência que essas famílias possuem no cenário político amapaense e principalmente por buscarem o mesmo território - em uma disputa por espaço no universo político - sem, contudo, que seja possível o estabelecimento das duas forças ao mesmo tempo, seguindo a ideia de que “dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço”. Assim, o poder nas mãos de uma delas, representa prejuízo e ameaça de perda do poder para a outra, derivando disso, a intensa e feroz rivalidade existente.

O que se percebe então, é a procura constante pela aniquilação política de uma família por sua rival, e vice-versa, através de escândalos, acusações, denúncias, entre outros. Essa

relação se estende para outras famílias ligadas. Constituindo uma relação de aversão entre as partes envolvidas, sendo hoje como água e vinho, situação que atualmente é concreta, mas que devido as circunstâncias políticas – como o surgimento de outras famílias com capacidade de rivalizar com as que já estão, por exemplo -, um dia pode vir a mudar. Como afirma, (LEÃO, 2004, p. 76), as alianças são tão frágeis quanto efêmeras e, para se manter no poder, o político constrói alianças tidas como improváveis [...], mas possíveis no ponto de vista do personalismo e na consolidação de seu nome enquanto força dominante [...].

3 CAPITULO III: A PESQUISA

3.1 OBJETIVOS

Os objetivos do trabalho se direcionam na busca da elucidação de um determinado fato, procurando esclarecer como a população (votante) observou “a presença de famílias tradicionais politicamente ou com poder político” um aspecto presente de forma emblemática e expressiva nas eleições municipais de 2008, na capital do Estado do Amapá. É a partir dessa caracterização contextual que o simples trabalho aqui proposto se efetiva, fixando-se em elementos característicos do arcabouço do real e imaginário popular. Buscando assim, desenvolver uma observação minuciosa e atenta, sobre como a participação dessas famílias foi percebida e entendida pelos eleitores e como esses se comportaram frente a esse fato.

Gramsci (apud GOHN, 1997, p. 188) afirmava que a transfiguração do saber popular do senso comum, em saber transformador resultaria em um grande avanço no desenvolvimento e construção da realidade social. O processo conduzido pelo intelectual orgânico, agente capaz de orientar ou condicionar a sociedade as transformações necessárias, convertendo o saber popular em elemento transformador da realidade social.

Dessa forma, o estudo propõe-se a buscar a transformação do conhecimento do senso comum - produzido e adquirido diante de um contexto vivenciado pelos inquiridos na pesquisa - em conhecimento científico, visando a extração desse conhecimento, por meio de um exame detalhado e específico das respostas obtidas durante a coleta das informações.

Todavia construir um objeto científico é antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, que se trate da representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições (BOURDIEU, 1989, p. 34).

Por ser um trabalho com amplitude em seu direcionamento - pois engloba os eleitores aptos que votaram nas eleições do referido ano em Macapá -, entende-se que as perspectivas de análises originárias dos consultados, podem resultar em observações nem sempre racionais, mas que por vezes, amparam-se em razões que vão além desse campo (como interesses pessoais, posições ideológicas contrárias, afetividade, conflitos políticos, entre outros), podendo gerar interpretações sem uma fundamentação racional por parte dos mesmos. Essa possibilidade não escapa ao objetivo e nem impede o desenvolvimento do trabalho, já que o grande propósito é compreender como os eleitores perceberam e entenderam esse fenômeno, e em sua concepção quais os possíveis reflexos e o quanto essa prática foi determinante para o resultado do processo eleitoral. Independente da formação e posicionamento político ou da observação racional dos fatos.

“Somente uma pequena parte das experiências humanas são retidas na consciência. As experiências que ficam assim retidas são sedimentadas, isto é, consolidam-se na lembrança como entidades reconhecíveis e capazes de serem lembradas” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 203).

3.2 FUNDAMENTAÇÕES PARA PESQUISA

O trabalho de pesquisa proposto fundamenta-se em elementos do cenário político local, considerados concretos, entre os quais:

- a existência, em Macapá, de famílias tradicionais politicamente;
- a existência, em Macapá, de famílias que (apesar de não poderem ser – quando observados os parâmetros de comparação – consideradas tradicionais politicamente) possuem poder político;

Essas perspectivas são elencadas e confirmadas dentro do campo de observação do cenário político amapaense (ressaltando-se que o trabalho direciona-se à Macapá, porém, o poder de influência de algumas famílias estende-se para diferentes regiões do Estado) por meio de levantamentos de informações e análise do histórico de tais famílias e através fatos, confirmando a legitimação das perspectivas.

A partir disso, levantam-se discussões sobre a necessidade de definição de outros aspectos, entre esses: “O caráter político dessas famílias”, “a diferença entre famílias tradicionais politicamente e famílias com poder político”, “a real presença dessas famílias nas eleições de 2008 em Macapá”. Esses aspectos são analisados a seguir.

- O caráter político dessas famílias;

O caráter político dessas famílias pode ser comprovado, devido a grande participação de seus membros em processos eleitorais, através dos quais, seus nomes são colocados a apreciação e legitimados pelos eleitores. Dessa forma, assumindo cargos representativos e constituindo-se como parte integrante do sistema político diretivo do Estado. Consolidando assim, o prestígio e o poder de suas famílias, frente à sociedade. Algumas famílias desenvolvem esse processo há mais tempo, outras a menos.

- A diferença entre famílias tradicionais politicamente e famílias com poder político. Por que algumas podem ser consideradas tradicionais politicamente e outras não?

As duas formas familiares indicadas possuem poder político e econômico e através disso, capacidade de influência sobre os eleitores. As diferenças entre elas são observadas aqui da seguinte forma:

As famílias tradicionais possuem características que as legitimam, como: um histórico político de seus membros, o carisma dos que estão a sua frente, a capacidade de despertar confiança, admiração, respeito e fidelidade de seus seguidores. Elas possuem um número considerável de pessoas sobre sua proteção direta ou indireta (protegidos que agem como multiplicadores dos interesses da família em questão - algumas vezes em benefício próprio, devido ao grande poder que a família possui, outras, por entenderem como o melhor).

As famílias tradicionais politicamente possuem a capacidade de impor-se frente aos adversários políticos e com isso, barganhar e conquistar seu espaço no cenário público e são capazes de provocar certo receio ou temor em seus rivais.

Enquanto as famílias com poder político, pelo fato de ainda não possuírem essas características, encontram-se limitadas e não podem ser definidas como tradicionais politicamente, apesar de possuírem influência na organização política. Elas possuem um ou mais membros com cargo político efetivado, e por isso, objetivam cada vez mais, o fortalecimento de suas estruturas. O que de certa forma, ajuda a explicar os motivos da presença dessas famílias nas eleições de 2008.

Porém, talvez a principal diferença entre elas esteja no fato de que, as famílias tradicionais politicamente são constituídas com a solidez de uma estrutura formada, enquanto, as famílias com poder político, ainda estão com suas bases em processo de formação.

- Se essas famílias estiveram realmente presentes no processo eleitoral de 2008 no município de Macapá;

A presença dessas famílias no processo eleitoral de 2008 em Macapá, pode ser comprovada, a partir de uma simples observação ou de uma análise mais criteriosa do transcorrer do processo eletivo. Podendo ser feita através da observação do decorrer das campanhas, propagandas (audiovisuais – rádio, TV, panfletos, outdoor etc.), comícios, debates, dentre outros.

As duas formas familiares se fizeram presente nas eleições apontadas, apoiando um de seus componentes ou apadrinhados e conseguiram bons resultados, porém, as famílias tradicionais, ao que parece, de forma muito superior.

A existência de famílias com tais características em Macapá é exposta como uma constatação, isso baseado em argumentos anteriormente demonstrados. Dessa forma, o conhecimento ou não dos eleitores sobre a existência dessas famílias, não foi determinante na fase de estruturação do trabalho. Contudo, na fase de coleta de dados - preenchimento dos formulários - a memorização, a acessibilidade, o saber ou não, dessas informações pode ter sido primordial para eles.

3.2.1 Os procedimentos adotados na pesquisa

A comprovação dos dados se apresenta como uma tarefa complexa, porém, com um grau de importância que não pode ser discutido. Para o alcance desse objetivo fez-se necessário a organização criteriosa dos elementos da pesquisa, esta que passou pelas seguintes fases: estruturação da pesquisa, coleta de dados, análise das informações e conclusões sobre os resultados.

– Estruturação da pesquisa (organização com fundamentações, elaboração do formulário de perguntas);

O questionário é o principal instrumento para o levantamento de dados por amostragem, pode ser definido como um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas busca medir sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade entre outros (GUNTHER, 2003, p. 14).

É um método para levantar informações de pessoas acerca de suas ideias, sentimentos, planos, crenças, bem como origem social, educacional e financeira, entre outras.

Após o levantamento de uma base referencial e teórica, deu-se a elaboração do formulário, este obedecendo ao rigor necessário para uma leitura correta dos resultados. Sabendo que a escolha das palavras pode direcionar as respostas, desse modo, o formulário foi produzido com linguagem acessível, a fim de respeitar as diferenças socioculturais e econômicas dos consultados. Com proposições relativamente aceitáveis e fundamentadas em argumentos partindo da análise da realidade da política local, foi produzido com perguntas fechadas e semi-abertas.

“O uso de perguntas fechadas mostra frequentemente mais respeito à opinião das pessoas, deixando-as classificar suas respostas como positivas, negativas ou neutras, em vez do pesquisador fazer isto para elas” (GUNTHER, 2003, p. 36).

A elaboração do formulário constitui-se no principal ponto para atingir o que se pretende, sendo elaborado de modo que através de indagações sobre um determinado aspecto e deste, coletando as informações. Informações essas que não se reduzem a condições excludentes como: racionalidade nas respostas, distanciamentos político-ideológicos, não favorecimento econômico dos participantes da pesquisa, ou seja, os questionamentos feitos aos consultados não privilegiaram análises racionais, políticas, econômicas, de gênero ou respostas com fundamentações teóricas. E sim, ficaram abertos (no sentido de liberdade para abranger respostas com as mais variadas influências) a interpretações totalizantes.

- Coleta de dados (desenvolvimento / aplicação dos questionários);

Após o primeiro momento, procedeu-se a pesquisa de campo, desenvolvendo-se a aplicação dos formulários de pesquisa. No total foram aplicados 120 (cento e vinte) formulários, para 58 (cinquenta e oito) pessoas do sexo masculino e 62 (sessenta e duas) do sexo feminino, de acordo com a tabela 1. De modo que, estas pessoas apresentavam diferentes níveis de escolaridade, bem como pode ser observado na tabela 2. A tabela 3 faz referência à renda dos participantes da pesquisa. A faixa-etária dos participantes é apresentada através da tabela 4, onde, somente participaram maiores de dezoito anos (informação pré-obtida).

A coleta dos dados foi realizada entre os dias 10 e 21 de dezembro de 2010, em diferentes pontos da área urbana do município de Macapá, onde os indivíduos foram abordados e inquiridos sobre sua participação no referido processo eleitoral, utilizando-se do direito ao “sufrágio universal”, ou seja, se haviam votado nas eleições de 2008 em Macapá.

Em seguida, com a resposta positiva, foi a eles exposta uma breve explicação sobre os principais objetivos do trabalho e assim indagados se poderiam ou não conceder as informações solicitadas. A grande maioria dos abordados aceitou participar da pesquisa sem demonstrar nenhum incômodo, ao passo que, poucos sentiram certo desconforto, de modo que, alguns se recusaram, alegando motivos considerados variados.

TABELA 1 - eleitores do sexo masculino e feminino que foram consultados na pesquisa – 2010.

SEXO	
Masculino	58
Feminino	62
TOTAL	120

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

TABELA 2 - Referente a escolaridade dos participantes da pesquisa - 2010.

ESCOLARIDADE	TOTAL
Nível fundamental	20
Nível médio Completo	40
Nível Superior incompleto	40

Nível Superior completo	14
Pós-graduado	6
TOTAL	120

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

TABELA 3 - Referente a renda familiar dos consultados na pesquisa - 2010.

RENDA FAMILIAR	
Menos de 1 salário mínimo	35
De 1 a 3 salários mínimos	71
De 4 a 6 salários mínimos	12
De 7 a 11 salários mínimos	2
Mais de 11 salários mínimos	X
TOTAL	120

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

TABELA 4 - Referente a faixa etária dos consultados na pesquisa – 2010.

FAIXA ETÁRIA	
Entre 18 e 24 anos	36
Entre 25 e 34 anos	37
Entre 35 e 44 anos	24
Entre 45 e 55 anos	11
Entre 55 e 66 anos	9
Maior de 67 anos	3
TOTAL	120

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

— Análise das informações (tabulação dos dados); leitura geral

O questionário era composto por sete perguntas. A primeira pergunta buscava saber se os consultados (eleitores) lembravam em quem haviam votado em 2008, as opções de respostas eram fechadas em: sim ou não, com espaços para as citações dos candidatos lembrados.

De todos os cento e vinte eleitores consultados, setenta e oito (cerca de 65% do total), lembraram e citaram o candidato no qual votaram. Enquanto quarenta e dois (o que corresponde a 35% do total) não lembraram, fato que expressa a pouca importância que alguns prestam ao processo político. Essas respostas são melhor observadas no gráfico 1.

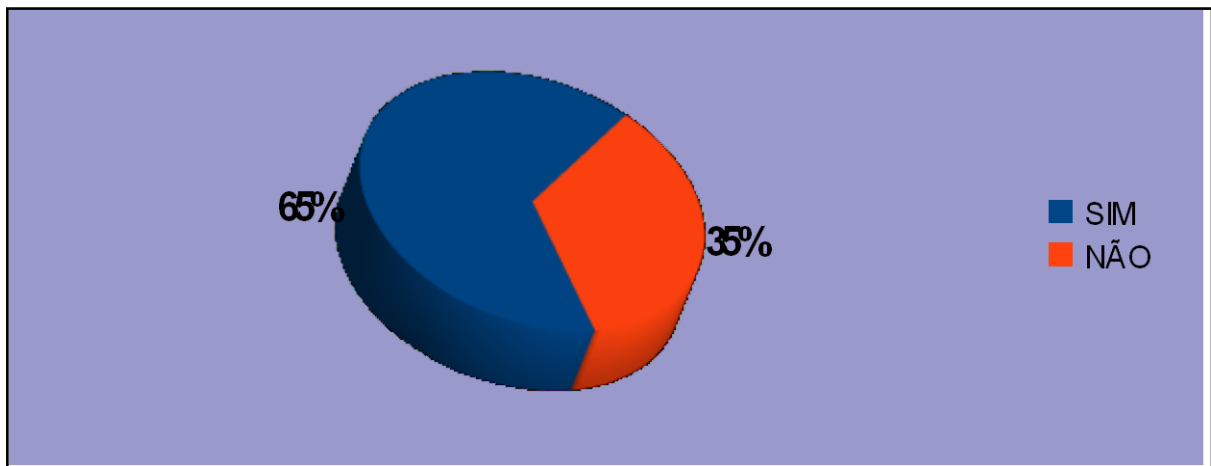


GRÁFICO 1: Você lembra em quem votou nas eleições de 2008 em Macapá? Se sim em quem?

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

Os candidatos mais lembrados para prefeito, de acordo com a tabela 5, foram: Camilo Capiberibe com trinta e duas citações (41.03%), Roberto Góes, com vinte e duas (28.21%), Lucas Barreto com dezoito (23.08%), Dalva Figueiredo com cinco (6.41%) e Joenvile Frota com uma citação (1.28%). Os dados se assemelham ao resultado do primeiro turno das eleições em 2008. Onde os quatro primeiros colocados ficaram na mesma ordem da pesquisa aqui realizada, porém, com percentuais diferentes do processo eleitoral.

Para o cargo de vereador, dezesseis pessoas afirmaram, terem votado nulo, em branco, ou não lembrar, ou simplesmente deixaram essa opção sem resposta. Somente, sessenta e duas pessoas citaram o candidato a vereador no qual votaram. Como pode ser observado na tabela 6, os candidatos mais lembrados foram Cristina Almeida com quatorze citações (22.58%), Clécio Luís com treze (20.97%) Rilton Amanajás com onze (17.74%) e Acácio Favacho com nove citações (14.52%). Totalizando quarenta e sete citações (75.81%). Outros candidatos

como Jorge Sousa, Aldrin, Luizinho e Maria Góes, receberam duas citações cada, por outro lado, Carlos Murilo, Creuza Távora, Petrus Ramos, Marlon, Mauro Souza, Belair Junior, Doutor Eduardo Costa, também foram citados uma vez cada.

Esses dados demonstram que os candidatos mais lembrados pelos inquiridos na pesquisa, foram aqueles que pertencem ou que tiveram apoio de famílias tradicionais politicamente ou com poder político em Macapá. Nas citações para prefeito, os dois mais lembrados, são membros de importantes famílias tradicionais da política amapaense, e que juntos constituíram sessenta e nove vírgula vinte quatro por cento (69,24 %) das citações. O fato se repete para o cargo de vereador, entre todos os citados, grande parte pertence ou teve a influência de alguma família tradicional politicamente ou com poder político, em suas campanhas. Dos quatro primeiros, três possuem as características apontadas anteriormente e juntos contabilizaram 54.84% das citações.

No geral, de todos candidatos lembrados, o que corresponde a 20 (vinte) no total, cinquenta por cento (50%) pertencem ou foram apoiados por famílias tradicionais politicamente ou com certo poder político.

As tabelas 5 e 6, respectivamente, indicam quais candidatos a prefeito e a vereador citados pelos inquiridos na pesquisa.

TABELA 5 - Candidatos ao cargo de prefeito citados na pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

PREFEITO	CITAÇÕES	Percentuais
Camilo Capiberibe	32	41.03 %
Roberto Góes	22	28.21 %
Lucas Barreto	18	23.08 %
Dalva Figueiredo	5	6.41 %
Joinville Frota	1	1.28 %
TOTAL	78	100. %

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

TABELA 6 - Candidatos ao cargo de vereador lembrados na pesquisa – 2010.

VEREADOR	CITAÇÕES	%
Cristina Almeida	14	22.58 %
Hilton Amanajás	13	17.74 %
Clécio Luís	11	20.97 %
Acácio Favacho	9	14.52 %
Jorge Sousa	2	3.23 %
Aldrin	2	3.23 %
Luizinho	2	3.23 %
Maria Góes	2	3.23 %
Carlos Murilo	1	1.61 %
Creuza Távora	1	1.61 %
Petrus Ramos	1	1.61 %
Marlon	1	1.61 %
Mauro Souza	1	1.61 %
Belair Junior	1	1.61 %
Doutor Eduardo Costa	1	1.61 %
TOTAL	62	100.%

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

Fazendo-se uma análise comparativa sobre os candidatos citados na pesquisa realizada em 2010, e o resultado das eleições de 2008 em Macapá, percebe-se o grande êxito obtido pelos candidatos apoiados por famílias tradicionais politicamente ou com poder político. Questão que é analisada a seguir.

3.3 OS CANDIDATOS A VEREADOR CITADOS NA PESQUISA.

Dos dezesseis candidatos eleitos à câmara municipal de Macapá em 2008, dez (62.5%) pertencem ou foram apoiados por famílias que se enquadram no perfil proposto pelo trabalho, famílias com grande tradição na política macapaense ou que apesar de não configurarem-se como tradicionais, possuem forte poder político.

Os três mais bem votados exemplificam bem esse quadro. Acácio Favacho do PMDB alcançou 5.133 dos votos válidos, Rilton Amanajás do PSDB, somou 4.774 votos e Cristina Almeida do PSB, 4.165 votos – somando juntos 14.072 votos. Os dois primeiros pertencentes a famílias com grande importância no cenário político amapaense, a terceira, apesar de não pertencer, pode ser considerada como a principal candidata de seu partido, esse, que tem a frente uma grande família tradicional do Amapá.

Entre os outros candidatos eleitos - que apresentaram essa característica - verifica-se um quantitativo de 23.326 votos. Somando no geral 37.398 votos, cerca de 65.47 % do total de votos de todos os eleitos ao cargo de vereador.

3.3.1 Os candidatos que pertencem a famílias tradicionais politicamente, citados na pesquisa.

Acácio Favacho do PMDB foi o candidato a vereador mais votado, apesar de ter sido sua primeira disputa eleitoral. É membro da família Favacho e bem como pode ser observado no trecho extraído do site da câmara de vereadores de Macapá: [...] família tradicional do Estado, cuja trajetória de vida tem sido marcante na história política do Amapá [...]. Seus pais são importantes nomes da política amapaense, o ex-deputado Federal e atualmente Conselheiro do Tribunal Contas do Amapá – Amiraldo Favacho e a Deputada Estadual Francisca Favacho.

Rilton Amanajás do PSDB foi o segundo mais bem votado, pertence à família Amanajás, é primo do Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do Amapá – Jorge Amanajás, de quem recebeu total apoio na campanha. Em seu perfil, no site da câmara municipal de Macapá, é definido como “Oriundo de uma família que participou e participa da formação histórica do Amapá”.

Adrianna Ramos (PR) foi eleita com 3.606 votos, é filha do deputado estadual Paulo José, pertencentes a tradicional família Ramos. O trecho a seguir exalta a grande figura da qual ela descende.

A responsabilidade por ser descendente de um grande líder político muitas vezes funciona como fator de inibição. As comparações são inevitáveis, uma vez que a população projeta sempre um melhor desempenho da parte do sucessor. (...) não sentiu o peso da responsabilidade de ser filha de um dos políticos mais atuantes do Estado do Amapá. (CÂMARA DE MACAPÁ, 2010).

Carlos Murilo (PHS) que alcançou a vitória com 2.393 votos teve em seu pai, o ex-prefeito de Macapá, Murilo Agostinho Pinheiro, sua principal base. “Sendo eleito em 2001 para o primeiro mandato pelo PFL (Partido da Frente Liberal). Em 2007, foi eleito para o seu segundo mandato para vereador pelo PHS (Partido Humanista da Solidariedade). Atualmente é Presidente da Regional do Partido” (CÂMARA DE MACAPÁ, 2010).

3.3.2 Os candidatos que foram apoiados por famílias tradicionais politicamente, mas que não pertenciam a elas, citados na pesquisa.

Nesses casos, os laços sanguíneos não são fatores de estabelecimento de alianças, pois não existem, sendo outros, portanto. A relação de apoio envolve dois atores ligados por questões não fisiológicas. Talvez a aliança ocorra devido ao respeito e a confiança de um pelo outro; ou então, pela oportunidade de uma das partes alcançar o poder. Porém, é mais provável que essa situação se consolide, devido ao interesse de ambos os lados. Esse processo configura-se como uma espécie de apadrinhamento político, onde os afilhados assumem uma posição de relativa submissão (que pode ser temporária ou permanente, isso dependendo das circunstâncias futuras), frente aos padrinhos (as famílias).

Entre os eleitos que foram apoiados por famílias tradicionais politicamente, mas não pertenciam a elas, quatro incluem-se nesse perfil.

Cristina Almeida foi a terceira mais votada nas eleições municipais. Foi a principal candidata a vereadora do Partido Socialista Brasileiro em Macapá. Isso, em grande parte, devido ao fato de ter sido em 2006, candidata ao senado federal, tendo alcançado uma votação expressiva que a credenciou para eleições municipais de 2008. Teve o apoio da família Capiberibe, família tradicional politicamente, com grande representatividade, poder e história de luta no Amapá.

Outro candidato citado pelos inquiridos foi Luizinho (PT), nas eleições ele recebeu 3.372 votos, foi o candidato do deputado estadual e Presidente do Diretório municipal do partido dos trabalhadores em Macapá, Joel Banha, este pertencente tradicional família Banha.

Com 3.139 votos, Jaime Peres (DEM) teve como sua principal base de apoio na família Barcellos do deputado estadual Alexandre Barcelos e do ex-governador do Território

Federal do Amapá, ex-governador Estado do Amapá, ex-prefeito e - na época - vereador de Macapá, Annibal Barcellos, até hoje um grande nome política Amapaense.

Marcelo Dias (PSDB) foi eleito com 3.432 votos. Teve seu grande apoio no deputado estadual Michel JK – este membro de uma tradicional família de Macapá, que possui grande poder econômico e que tem no deputado sua representação política.

3.3.3 Os candidatos que pertencem a famílias com poder político, mas que não são tradicionais politicamente, citados na pesquisa.

Existem famílias que apesar de ainda não serem consideradas tradicionais politicamente, por não possuírem tanta representatividade política, se comparadas as tradicionais, possuem certo ou talvez momentâneo grau de poder.

Os candidatos eleitos Antônio Grilo e Nelson Souza, pertencem a famílias que possuem poder político, principalmente pelo fato de seus irmãos ocuparem cargos de deputados estaduais, porém, suas famílias, ainda não podem ser consideradas como tradicionais politicamente. Pois, não apresentam as características necessárias para serem assim definidas. Características essas, que foram destacadas e observadas anteriormente.

O candidato Nelson Souza (PCB) que recebeu 3.893 votos foi apoiado por seu irmão e deputado estadual Jorge Souza.

Antônio Grilo (PV) contabilizou um total de 3.491 votos, é irmão do deputado estadual Zezé Nunes de quem recebeu uma forte base nas eleições de 2008, e a quem atribui seu ingresso no campo político, como é exposto em seu perfil no site da Câmara Municipal de Macapá.

“O incentivo para ingressar no campo político, veio de seu irmão, o Deputado Zezé Nunes [...]. Sua carreira política iniciou de forma arreatadora [...] no ano de 2004, concorreu e elegendo-se, para o 1º mandato, ocupando uma das cadeiras na Câmara de Vereadores de Macapá” (CÂMARA DE MACAPÁ, 2010).

3.4 OS CANDIDATOS A PREFEITO, CITADOS NA PESQUISA.

No primeiro turno, a eleição para prefeito, apresentou uma configuração ampla com a participação de sete candidatos ao cargo de gestor maior do município de Macapá, dos quais o candidato Camilo Capiberibe do PSB, somou cerca de 33,07% dos votos válidos (59. 864 votos), sendo acompanhado ao segundo turno, pelo candidato Roberto Góes do PDT, que alcançou 26,53 % (48.020 votos) (Fonte: TRE - AP). Os dois pertencentes a famílias importantes da política amapaense.

Os outros candidatos totalizaram 40.41% (73.941). Sendo que Lucas Barreto (PTB) somou 25.19 % (45. 595); Professora Dalva (PT) 5. 10 % (9.237); Moisés Sousa (PSC) 4. 69% (8. 492 votos); Fátima Pélaes (PMDB) 4.66 % (8. 429 votos) e Joenvile Frota (PSTU) 0. 77 % (1.388 votos). Fonte: (TRE - AP)

No segundo turno se verificou uma inversão, que culminou com a vitória do candidato do PDT, Roberto Goés, atual prefeito de Macapá, sobre o candidato, Camilo Capiberibe. O pedetista alcançou 51, 66 % dos votos válidos, enquanto o candidato do partido socialista brasileiro ficou com 48, 34 % dos votos válidos, (cerca de 85.659). Os votos brancos totalizaram 1.880 (0, 69 %), nulos 3.945 (1, 80 %), as abstenções no segundo turno foram de 36.566 (16, 68 %). Fonte: (TRE – AP).

O trecho a seguir é de uma reportagem de 2008 e retrata o contexto e a configuração que se formou para o segundo turno das eleições em Macapá. Expondo a disputa entre duas das principais famílias tradicionais politicamente em Macapá.

Em Macapá, o segundo turno reavivou a disputa política entre duas das famílias mais influentes do Estado. Enquanto o candidato a prefeito Camilo Capiberibe (PSB) é filho de João Capiberibe (PSB), governador do Estado entre os anos de 1995 e 2002, Roberto Góes (PDT) é primo do atual Governador Waldez Góes (PDT), no cargo desde de janeiro de 2003, de quem tem o apoio. [...] Durante o primeiro turno, Camilo teve de lidar com tentativas de associá-lo ao episódio, que resultou na cassação dos mandatos de seu pai, então senador, e de sua mãe, Janete Capiberibe, que, na época, era Deputada Federal. Ambos foram acusados de comprar votos durante as eleições [...]. “Meus adversários políticos fazem questão de que o episódio não seja esquecido, mas a população não considera isso um fator importante na avaliação da contribuição de minha família para a história do Estado, ou não colocaria a gente na disputa”, disse Camilo [...]. Primo do atual governador do Estado, Roberto Góes também conta com o apoio dos senadores José Sarney (PMDB), Gilvam Borges (PMDB) e Papaléo Paes (PSDB); do Deputado Federal Davi Alcolumbre (DEM) e do atual presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Amanajás, líder do Diretório regional do PSDB (www.tudoagoranotícia.com).

A contribuição desses grupos familiares nas eleições municipais de 2008 em Macapá foi decisiva ou não? Talvez, o apoio dessas famílias não tenha sido decisivo no resultado final em alguns casos. Ou talvez, a partir da influência imagética, econômica e política de algumas famílias, ele tenha se constituído em um importante instrumento, sendo determinante para os eleitos. Essa é uma questão que se apresenta como possível motivador de muitos debates e discussões e que nesse estudo se configura como um dos pontos principais de análise. Poderia ser respondida por vários meios, entretanto, a diversidade de possíveis respostas (por não ser a proposta do trabalho) encontra barreiras, já que o estudo é focado em um referencial que teve participação fundamental no processo eletivo de 2008, os eleitores.

O ponto de vista da população (eleitores) sobre a questão é tomado como o grande objetivo, sendo, portanto, através deles que as respostas serão consideradas. Por outros focos, até poderia ser possível encontrar as respostas para os questionamentos. Porém, isso não se constituiria no objetivo do estudo.

Dessa forma, não se pode afirmar que o apoio dessas famílias tenha sido decisivo no resultado, sem as informações que os consultados ofereceram. Contudo, alguns dados necessários para o desenvolver da pesquisa, podem ajudar a vislumbrar possíveis respostas.

Dos vinte candidatos a vereador lembrados na pesquisa, nove venceram as eleições (45%), e desses, sete (77.78 %) utilizaram-se do apoio de famílias tradicionais politicamente ou como poder político.

A tabela 7, a seguir indica os nomes dos vereadores eleitos em Macapá em 2008, e desses, quais apresentam as características que o trabalho propõe e quais foram citados na pesquisa pelos eleitores.

TABELA 7 - Quadro de vereadores eleitos em Macapá em 2008.

CANDIDATO ELEITO	PARTIDO	VOTOS	CITADOS NA PESQUISA - 2010	RELAÇÃO COM AS FAMILÍAS
Acácio Favacho	PMDB	5133	Citado	Pertence
Profº Rilton Amanajás	PSDB	4774	Citado	Pertence
Cristina Almeida	PSB	4165	Citado	Apoiado
Clécio Luis	PSOL	4069	Citado	
Nelson Souza	PCB	3893	Citado	Pertence
Aldrin	PDT	3636	Citado	
Adrianna Ramos	PR	3606		Pertence
Grilo	PV	3491		Pertence
Ruzivan	PDT	3.444		

Marcelo Dias	PSDB	3.432		Apoiado
Luizinho	PT	3.372	Citado	Apoiado
Gian do Nae	PMDB	3.301		
Jaime Perez	DEM	3.139		Apoiado
Charly Jhone	PP	2.733		
Pericles	PR	2.545		
Carlos Murilo	PHS	2.393	Citado	Pertence
TOTAL		57126		

Fonte: Site da Câmara de vereadores de Macapá e entrevista com eleitores da área urbana de Macapá - 2010.

A segunda pergunta do formulário buscava saber se os consultados conheciam o passado e histórico político dos candidatos no qual votaram. Limitava-se a respostas fechadas: sim, não ou parcialmente. Maioria dos consultados (43.33%) admitiu que votou sem conhecer o candidato.

Essa expressiva indicação, deriva do fato de que - retornando a primeira pergunta - um percentual considerável de consultados, não lembrou do candidato no qual votou nas eleições, daí o porquê afirmar não conhecer o histórico político. Porém, uma leitura mais atenta também nos revela que 13.16% dos que lembraram e citaram o candidato no qual votaram, agora afirmaram não conhecer o passado político do candidato. O que demonstra que esses, votaram por motivos que talvez não expressem uma preocupação com as pessoas que iriam administrar o município. E ainda, 30% disseram que conheciam o passado e histórico político

do candidato e 26,67% indicaram um conhecimento parcial. O que cabe na margem dos que recordaram do candidato em quem votaram. O gráfico 2 ilustra os percentuais.

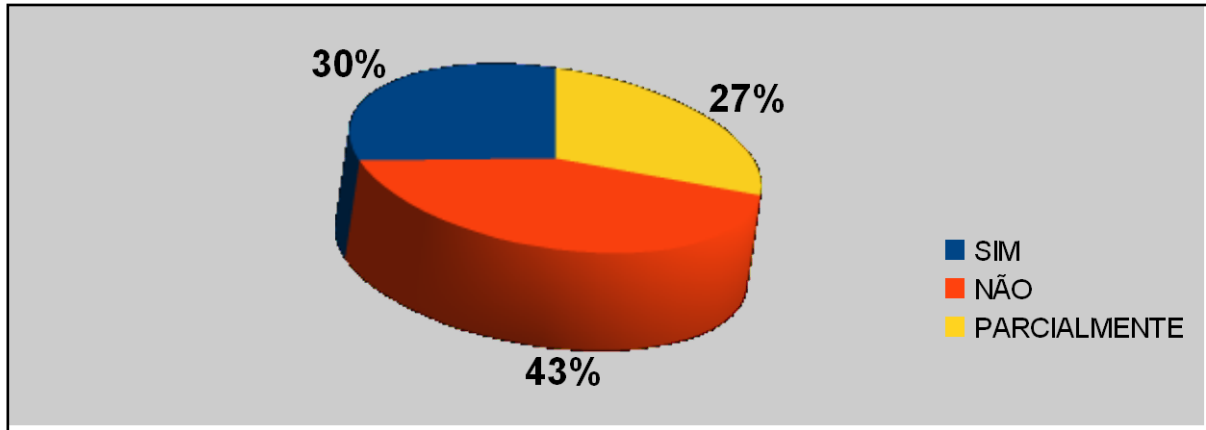


GRÁFICO 2: Você conhecia o passado e histórico político do candidato em que votou?

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

3.5 SOBRE AS MOTIVAÇÕES À DEFINIÇÃO DO VOTO.

A terceira pergunta tinha por objetivo identificar quais os principais motivos que levaram os consultados à definição de seus votos. Mais de uma alternativa poderia ser indicada. Como pode ser observado na tabela 8.

TABELA 8 - referente as motivações à definição do voto – 2010.

As propostas e a experiência política do candidato.	6	63.33%
Oportunizar a quem ainda não havia ocupado cargo representativo.	42	35,00%
As bases políticas do candidato. (apoiadores)	71	59,17%
Interesse particular, favorecimento econômico ou político.	66	55.%
Influência de amigos, parentes, vizinhos.	37	30.83%
outros. Quais?	2	1.67%

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010.

Entre os principais motivos que levaram à definição do voto, a maioria, setenta e seis dos consultados (63.33%), indicou que a experiência política do candidato e suas propostas foram fundamentais.

A oportunidade a quem ainda não havia ocupado cargo público, recebeu 35%.

Outro aspecto importante que merece atenção é o fato de que para 59,17% dos consultados, as bases políticas do candidato representaram o grande fator de definição dos votos. Isso demonstra que apoio concedido aos candidatos teve grande importância para definição do voto.

A influência de amigos, parentes, vizinhos recebeu 30.83%, demonstrado que alguns se deixam influenciar, isso talvez por descrença no processo político ou por interesses pessoais.

Outro ponto que deve ser destacado é que nos levantamentos da pesquisa os favores pessoais e interesses particulares se apresentaram com uma expressiva citação de 55%. A partir dessa constatação, conclui-se que no âmbito local o apoio político faz-se muitas vezes em troca de favores, como: empreguismo no serviço público, contratos administrativos, cargos de chefias, secretarias entre outros, algumas das características do cenário político-econômico do Amapá, e Macapá, por ser o centro administrativo, se destaca. Nesse contexto apoiar um determinado candidato pode representar a conquista ou a manutenção no emprego.

Como ressalta Leal (1993, p. 39) os favores pessoais de toda ordem compõem a estrutura municipal, para favorecer amigos, o chefe local resvala, muitas vezes para a zona confusa que medeia o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora.

Isso abre espaço para discussão sobre práticas coronelistas em Macapá. Como foi analisado no primeiro capítulo o coronelismo possui características do meio rural e Leal (1993, p. 251) afirma que “não teria propósito dar este nome à poderosa influência que, modernamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o Estado”. Já que o coronelismo atua no reduzido cenário local, nos municípios do interior (municípios rurais), “quanto maior for o desenvolvimento das atividades urbanas menor é sua vitalidade”. Porém, em Macapá, apesar de ser a capital, centro administrativo e região mais urbanizada do Estado, o que se observa é a presença de diversos elementos referentes ao fenômeno coronelista. Alguns aspectos favorecem esse quadro como: população dependente economicamente do setor público (economia de contracheque), isolamento geográfico e econômico, pouca representatividade no cenário político nacional, dificuldade no acesso as informações (repassadas de acordo com interesses de determinados grupos). Este cenário ajuda a explicar o porquê do desenvolvimento de determinadas práticas como o mandonismo, clientelismo, entre várias outras, comumente encontrados na política macapaense.

3.6 O ENTENDIMENTO SOBRE A PRESENÇA DE FAMÍLIAS NO PROCESSO POLÍTICO DE 2008.

A partir da quarta pergunta os questionamentos foram diretamente relacionados para com a presença de famílias tradicionais politicamente ou com poder político, nas eleições municipais de 2008 em Macapá. A partir desse momento configurando-se como as principais perguntas para a pesquisa.

A quarta questão foi elaborada, a fim de permitir a indicação de múltiplas alternativas, porém, sua forma de estruturação, se fez de modo que, as primeiras alternativas pareadas, se opusessem uma a outra, evitando nesses casos, a marcação de resposta contrárias à proposição anterior, se no caso já tivessem sido indicadas.

A grande maioria dos consultados considerou como negativa a presença de famílias tradicionais politicamente, ou com poder político, nas eleições de 2008 em Macapá, por entenderem que essa prática busca consolidar e perpetuar determinados grupos no poder. Da mesma forma, entenderam como uma realidade inevitável (talvez devido aos mecanismos utilizados por essas famílias), demonstrando certa descrença com quadro. Por outro lado, um relativo número de consultados afirmou acreditar que essa é uma prática que pode ser evitada nas eleições.

Apesar da indicação com negativa, maioria dos candidatos citados pelos participantes da pesquisa pertencem ou foram apoiados por famílias que se enquadram nas características propostas pelo trabalho.

Uma expressiva maioria indicou que o apoio dessas famílias representa um instrumento indispensável na disputa, para os candidatos. Enquanto a minoria afirmou, entender essa prática como um prejuízo para os candidatos.

Nenhum consultado afirmou, não ter observado a presença do aspecto em questão no processo eleitoral. Apenas 11% afirmaram, não ter conseguido identificar complicações resultante disso, mesmo tendo-o percebido nas eleições de 2008. Esse número está dentro do percentual dos que consideraram como uma experiência positiva. De acordo com a tabela 9.

TABELA 9 - referente a observação do aspecto – 2010

OUTROS		
Não observei esse aspecto nas eleições de 2008.	X	X
Observei esse aspecto nas eleições de 2008, mas não vejo complicações resultante dele.	11	9.17 %

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá.

O fato de ninguém afirmar, não ter observado esse aspecto nas eleições de 2008, pode ser explicado, partindo da ideia de que quando inquiridos sobre o tema, o indivíduo desenvolve um exercício de reflexão e nesse processo ocorre a lembrança de determinado caso. Essas informações sobre a quarta pergunta, podem ser melhor visualizadas nos gráficos 3, 4 e 5.

**GRÁFICO 3:** Sobre os efeitos desse aspecto para a sociedade e política local

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010

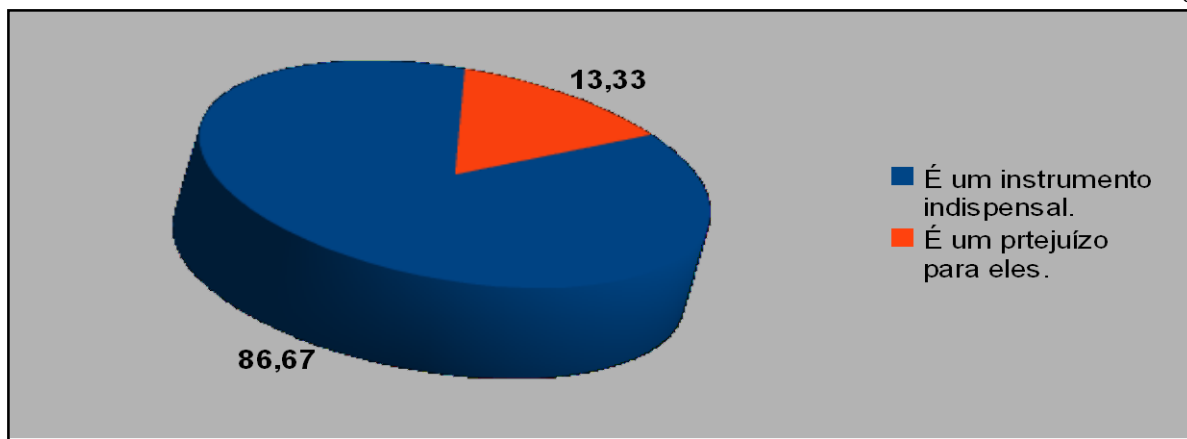


GRÁFICO 4: Sobre a importância desse aspecto para os candidatos

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá. – 2010

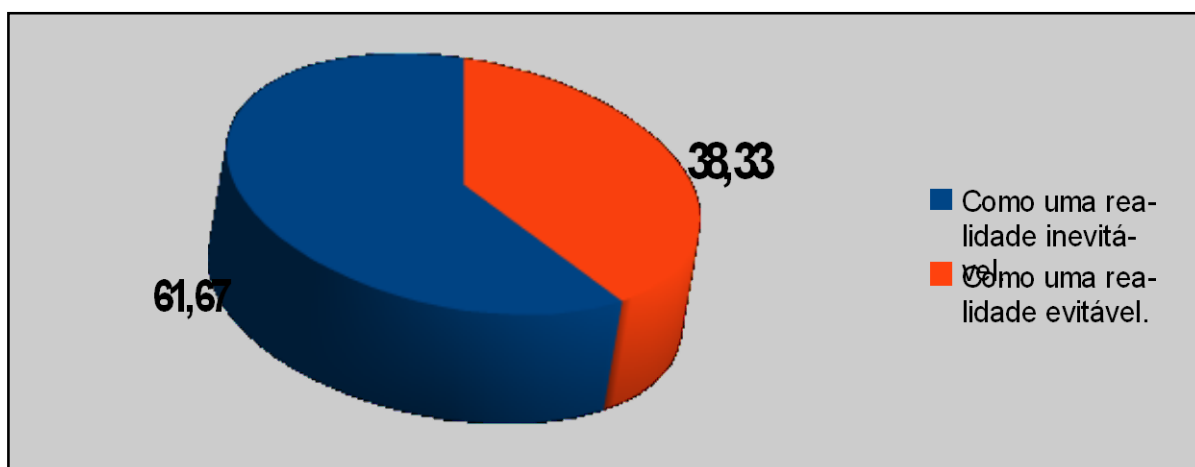


GRÁFICO 5: As condições de presença desse aspecto são entendidas como

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010

Como é exposto no gráfico 6, a quinta questão procurava, na visão dos consultados, entender qual grau de influência das famílias tradicionais politicamente ou com poder político, no resultado final das eleições de 2008. Ou seja, o quanto essa prática contribuiu no resultado do processo. Os consultados poderiam indicar somente uma alternativa.

A maioria entendeu essa prática como sendo determinante no resultado das eleições, o que se fundamenta (como foi analisado anteriormente) a partir do próprio resultado oficial do processo eleitoral, onde um grande número de candidatos, apoiados por essas famílias, obteve êxito. A segunda alternativa mais apontada, nesta questão, foi a que considera essa prática como importante mais não determinante. De todos os consultados, 10,83 % acharam que esse fato, não teve tanta importância no processo. E para 6,67% essa prática, não pode ser considerada como relevante.

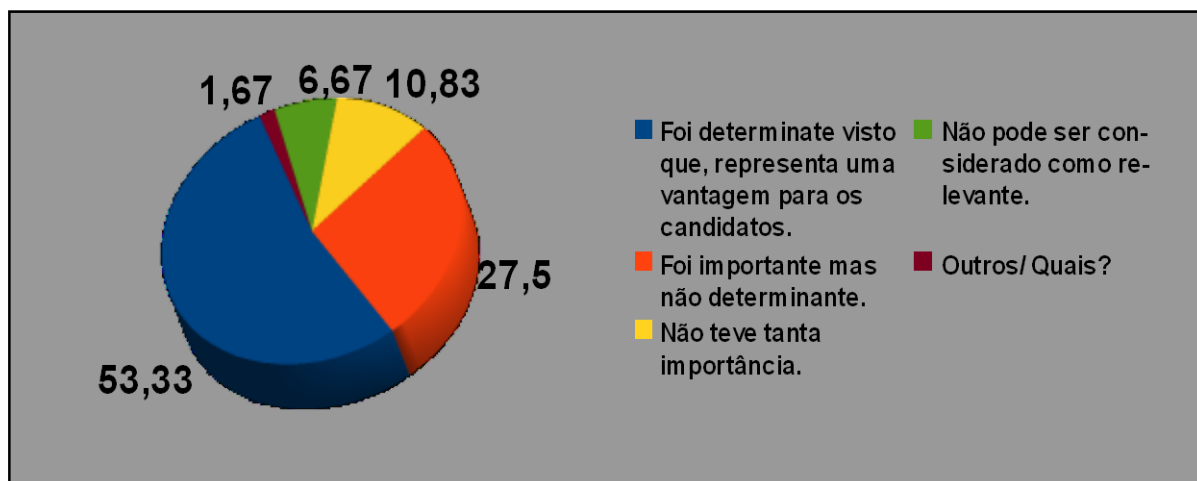


GRÁFICO 6: Sobre a influência dessa prática no resultado das eleições

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá - 2010

A sexta pergunta referia-se as causas dessa prática em Macapá no processo eleitoral de 2008. Como pode ser observado no gráfico 7, a busca pelo fortalecimento do poder econômico, político e social de determinados grupos foi amplamente apontada como uma das possíveis causas da forte presença de famílias tradicionais politicamente ou com poder político nas eleições de 2008 em Macapá.

Também, de forma expressiva, foi indicado, que devido a instabilidade do meio político, resultando na busca pela consolidação de bases políticas mais sólidas e assim pelo fortalecimento no poder.

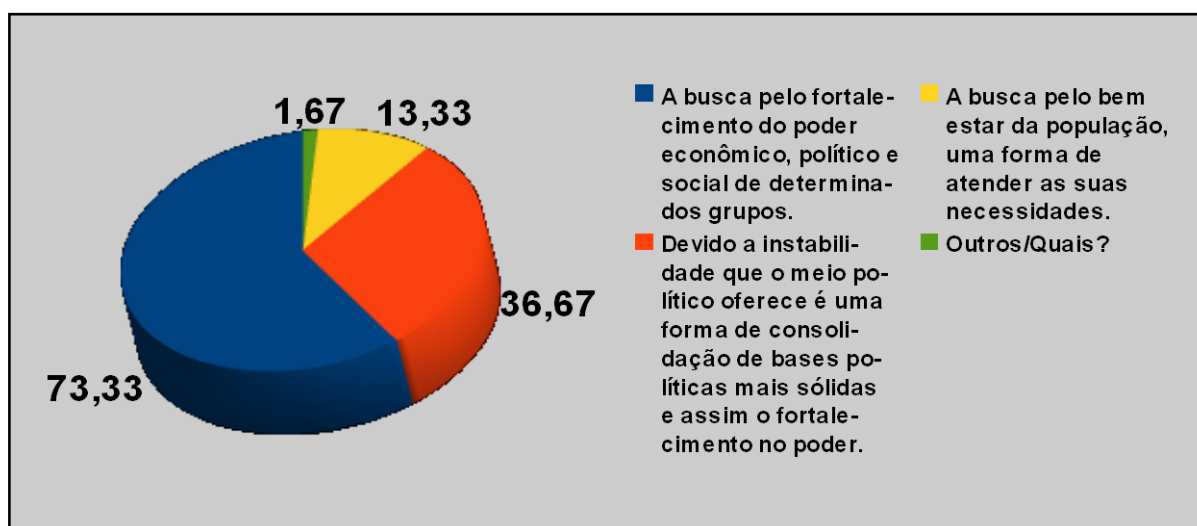


GRÁFICO 7: Sobre as causas dessa prática

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá. - 2010

As consequências sobre a presença de famílias tradicionais ou com poder político no processo eleitoral de 2008 em Macapá, foram tratadas na sétima questão. Assim, a principal consequência resultante dessa prática, apontada pelos indagados, foi a consolidação de determinados grupos políticos, com bases familiares, no poder.

Por outro lado, 36.67% entenderam como uma forma de garantia de entendimento político, uma vez que se formam grupos com bases familiares e que conservam a hierarquia familiar tradicional no meio político. E 11.67% afirmaram que não conseguiam vislumbrar as possíveis consequências dessa prática. Como pode ser visualizado no gráfico 8.

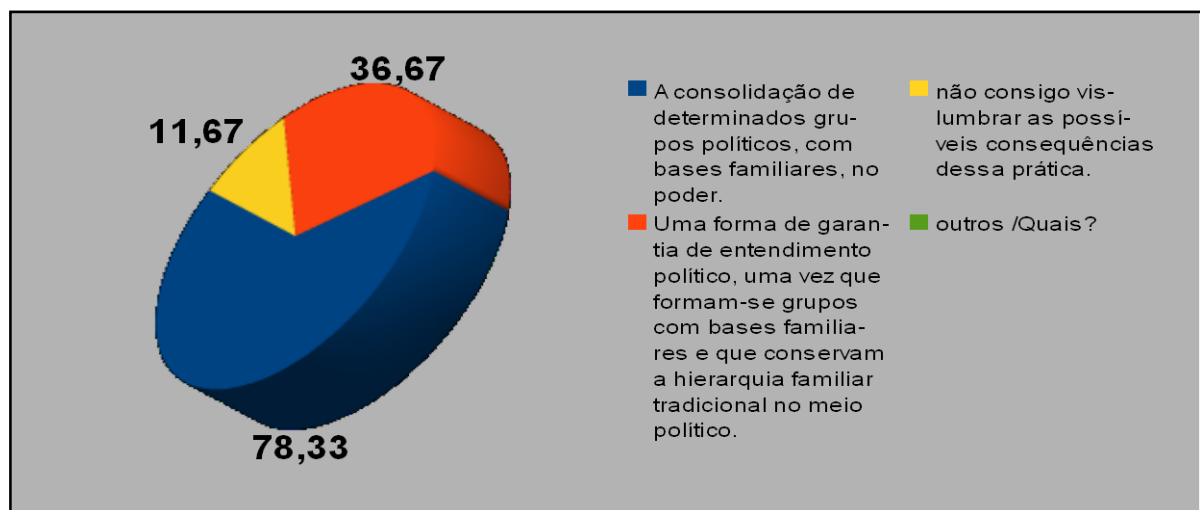


GRÁFICO 8: Sobre as consequências dessa prática

Fonte: Pesquisa com eleitores da área urbana de Macapá – 2010

3.6.1 Conclusões sobre a pesquisa

“Considerava-se que a articulação de elementos dispersos e fragmentados no cotidiano dos indivíduos, expressa por representações e pela práxis, baseada no senso comum, conteria o germe e a possibilidade da transformação social, pela politização e transformação da consciência das massas. E os intelectuais orgânicos teriam papel fundamental neste processo” (apud GOHN, 1997, p. 187).

Nesse contexto, a reflexão transporta-se para o centro das discussões, configurando-se como a preparação para o agir; para o direcionamento; para a organização e encadeamento

das ideias, fatos e argumentos; para vitalidade dos debates. Tornando-se assim, o ponto fundamental nas análises políticas.

Isso representa um aspecto importante que demonstra a força que o saber e principalmente o repassar desse conhecimento - de um para outro - pode vir a gerar em uma sociedade. Refletindo-se na forma como a população pode entender e com isso, transformar a sua realidade política. Desenvolvendo reações amplas em significado e representatividade, que exportam-se para diferentes setores.

Sendo, portanto, imprescindível a interpretação da observação dos indivíduos em seu agir, fazer e participar politicamente. E mais precisamente do entendimento popular sobre aspectos políticos específicos. Buscando-se compreender a maneira do proceder e atuar popular frente as questões oriundas dessa esfera.

Dessa forma, o estudo apreendeu informações essenciais, do modo de ver dos eleitores sobre o entendimento do quadro político macapaense. Os dados coletados revelam argumentos que por si só, já respondem muito, mas quando analisadas à luz de suas entre linhas, podem dizer muito mais.

Assim, relacionando aspectos como “a importância, as causas e as consequências” da prática aqui evidenciada, observa-se, por um lado, uma grande tendência a rejeição da presença de famílias tradicionais politicamente ou com poder político nas eleições de 2008 em Macapá. Sendo esse aspecto considerado, pela maior parte dos consultados na pesquisa, como um mecanismo negativo que visa o acesso a determinadas condições que, por vezes, não alcançam os interesses da população.

Por outro lado, nota-se uma relevante propensão dos inquiridos na pesquisa a candidatos que contaram com o apoio dessas famílias. O que em primeiro momento pode se entendido um paradoxo, mas podendo também significar uma tendência natural, se levado em consideração o forte poder de algumas dessas famílias.

Isso pode ser explicado, devido ao grande número de seguidores que algumas famílias possuem. Assim, se o individuo tem ligações com esta, obviamente possui uma tendência (devido a disputa que há por espaço no ambiente político) à rejeição daquela, fato que pode ter influência nas respostas concedidas. Assim, quando o aspecto é negativo, procura-se evidenciar o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições políticas representam uma grande estrutura formada por codificações e aparatos que regem o rumo das decisões nas mais diferentes sociedades, com indivíduos ou grupos, compondo um corpo imenso orientado a partir de uma rede de relações de poder. Nesse processo alguns aspectos ganham destaque, entre os quais o fato de como e por que, os interesses do meio privado alcançam a esfera pública?

Essa magia é balizada por instrumentos pragmáticos que objetivam o alcance de uma posição de privilégio no interior das instituições políticas, disso derivando a necessidade de manutenção de forma segura neste ambiente. O ponto central desse sistema é materializado nessa condição, através da busca pelo poder oriundo de diversas fontes. Dessa forma, motivando acirradas disputas entre grupos contrários (tanto facções partidárias, como famílias), em uma luta constante por terreno e afirmação no universo político.

Todo esse processo ocorre em meio a um contexto sociopolítico engendrado por situações conflitantes, gestadas diante de grupos opostos, em virtude da disputa por um lugar no ambiente político público e representativo, que invariavelmente é muito pequeno para tantas forças e interesses.

Assim, é importante compreender que o trabalho aqui realizado, se constituiu como sendo apenas um estudo superficial de uma parte da estrutura que compõe as relações e disputas pelo poder, neste que é um espaço tão variado, arenoso e instável, como é o ambiente político público. Este caracterizado por elementos aglutinadores e excludentes, com abstrações realísticas e realidades abstratas, tão sensível e ao mesmo tempo tão voraz, cheio de contradições e acordos inimagináveis – mais possíveis a partir de interesses concretos -, lugar íntimo de discussões, embates, conflitos e que é cenário dos mais diversos modos do fazer social, cujo sentido e objetivo principal está centrado na busca pelo poder.

A estrutura do trabalho foi composta por três capítulos, onde os dois primeiros serviram como preparação e fundamentação teórica para o concretização do terceiro.

Com esse estudo, buscou-se desenvolver uma análise - apesar simples e limitada - referente a um aspecto que se fez presente de modo claro, evidente e por vezes de forma preponderante no processo eleitoral de 2008 em Macapá. Aspecto esse, que é entendido como característica não somente da capital do Amapá, mas também de diversas regiões espalhadas pela imensidão do território Brasileiro.

Toda essa discussão origina-se do fato de que, no Estado do Amapá o poder de alguns grupos familiares é tão grande que esses chegam a aparentar sentirem-se intocáveis. Porém, isso pode ser considerado pura ilusão. Pois, pode ser justamente pelo fato de não se sentirem seguros, que desenvolvem essas práticas, aspectos que visam o interesse particular de algumas famílias, buscando fortalecimento de suas estruturas políticas.

Nesse sentido, as eleições municipais são entendidas como disputas diferenciadas, pois se restringem a um ambiente menor, a um corpo local, mas que, em se tratando de Macapá, constitui um interesse estratégico para a formação de uma base forte. Isso é notado, pois, uma parcela considerável de candidatos que disputaram as eleições de 2008 em Macapá, pertencia ou foi apoiada por famílias tradicionais ou com poder político, as quais, já possuíam membros ocupando cargos na esfera estadual, demonstrado que buscavam o reforço na esfera municipal, sendo, portanto, fundamental o sucesso nessa disputa localizada.

Diante disso, os eleitores foram percebidos, não apenas em meio aos mecanismos constituintes desse processo, mas como parte integrante e fundamental dessa imensa estrutura legitimadora e composta por fenômenos globalizantes. Daí a importância da visão da população (eleitores) sendo tomada como ponto essencial para as análises. A forma de ver, enxergar, interpretar e compreender a presença de famílias tradicionais ou com poder político nas eleições.

E assim, com a realização da pesquisa, a conclusão obtida através da verificação e análise dos dados coletados, foi a de que a maior parte dos consultados (eleitores), que votaram nas eleições municipais de 2008 em Macapá, e que se prestaram a responder as indagações, entenderam a presença - no processo eleitoral do referido ano - de famílias tradicionais politicamente, ou com poder político, como um aspecto negativo e que visa atender a interesses particulares de determinados grupos em detrimento e prejuízo dos interesses coletivos (da população). Entendendo que esse aspecto, configura-se como uma característica que tem por finalidade o fortalecimento das estruturas políticas, visando assim, consolidar cada vez mais o poder de determinados grupos formados com bases familiares.

Além de entenderem que essa prática constitui-se como um elemento de grande vantagem para os candidatos apoiados por essas famílias, visto que, esses se utilizam do poder de influência político e econômico de seus apoiadores em suas campanhas, o que proporciona uma vantagem sobre as outras candidaturas postulantes.

Os resultados obtidos com a tabulação das informações confirmaram e sustentaram as hipóteses levantadas para a pesquisa, onde:

A primeira hipótese: Os consultados na pesquisa entenderam que o apoio político e econômico, dado por essas famílias a determinados candidatos, foi fundamental para o resultado das eleições de 2008;

A segunda hipótese: Os consultados na pesquisa entenderam o fenômeno como uma prática negativa, já que representa a busca pelo fortalecimento econômico e político, visando consolidar e perpetuar determinados grupos no poder;

Os dados obtidos aparentemente demonstram um nível de maior esclarecimento por parte dos eleitores que votaram em Macapá em 2008, contudo, é importante salientar que essas foram respostas dadas em um determinado contexto, e que em trabalhos futuros podem vir a apresentar outra configuração.

Alguns dados e aspectos nos oferecem respostas que chamam atenção, como por exemplo:

- o fato de a maior parte dos inquiridos na pesquisa, terem afirmado que votaram em um determinado candidato devido as suas bases políticas (apoiadores);

Assim como

- Que conheciam o passado do candidato no qual votaram;

Contudo, ao mesmo tempo

- Afirmaram entender a presença dessas famílias como um aspecto negativo para o processo eleitoral e para a configuração política formada.

Com isso, o que se observa em primeiro momento é uma contradição, já que, a maioria percebeu esse fenômeno como negativo – pois, visa atender aos interesses de pequenos grupos no poder, porém afirmaram ter votado em candidatos - que de acordo com análise feita sobre suas origens - pertencentes a famílias que se enquadram nas características mencionadas.

Uma provável explicação para isso pode ser encontrada no fato de que devido a ligação, proximidade, apego a determinada família, e nesse caso não se configurando como negativo; sendo portanto, negativo apenas para as outras famílias, com quem os inquiridos, talvez não tenham afinidade.

Mesmo com todas as dificuldades e percalços encontrados no decorrer do processo de produção deste trabalho, com as limitações e deficiências nele inscritas, considera-se que os grandes objetivos foram alcançados. Contribuindo assim, para o registro científico dessa prática política em Macapá e principalmente para o início da construção de um amplo debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Laurie. **Nos passos de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal. 1998.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **A ciência como forma de conhecimento**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 2.ed. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/UnB, 1987.
- AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. **Historia**. São Paulo: ed. Atica, 2008.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópoles: editora vozes, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BUONICORE, C. Augusto. **A Formação do Estado Burguês no Brasil – Primeira parte**. 2003. disponível em: <<http://www.rebellion.org>>. acesso em: 26/12/2010, 20:38 h
- CHELALA, Charles Achcar. **A magnitude do Estado na socioeconomia amapaense**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009.
- COTRIM, Gilberto. **Historia e consciência do mundo**. São Paulo: Ed. Saraiva 1997.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Para uma introdução à reflexão Weberiana**. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1997
- DURKHEIM, Émile. **As regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- Em Macapá, o segundo turno reavivou a disputa política entre duas das famílias mais**

influentes do Estado. Disponível em: <<http://www.tudoagoranotícia.com.br>>. acesso em: [19/12/2010](#)

ENGELS, Friedrich. **A origem da família e da propriedade privada.** Coleção Bases. São Paulo: Global, 1984.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder.** 9º ed. São Paulo: Globo, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FUNARI, Pedro Paulo A. **resenha de Estado e Democracia: ensaios teóricos, de Décio Saes.** Locus, Revista de História, Juiz de Fora, 1996. (Departamento de História, IFCH, UNICAMP).

GOHN, Maria da Glória. **A teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Angela Castro. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito,** 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno.** 8º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUEDES, Fátima Lucia Carrera. **O perfil do eleitor amapaense.** Artigo publicado revista eletrônica PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP. N. 1 dez 2008.

GUNTHER, Hartmut. **Planejamento de pesquisa para as ciências sociais.** Brasília: Unb, 2003.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett. **Antropologia cultural e social.** São Paulo, Pensamento cultrix LTDA, 1979.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia.das Letras,1995.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado Populista na América Latina.** 2ºed. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1991.

JANCSÓ, István. **A construção dos Estados Nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo império como projeto.** São Paulo: (Departamento de História, FFLCH- USP), 2003.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na Teoria Marxista, Capitalismo, Fascismo e Populismo.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

LAGO, Benjamim Marcos. **Curso de Sociologia e Política.** 4º ed. Petropolis: Vozes, 2002

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto.** São Paulo: Alfa-Omega 1993).

LEÃO, Richard Douglas C. **A “Magia” do discurso baratista e seus “herdeiros”: um estudo sobre as relações de poder e populismo no Estado do Pará.** Belém-PA: UFPA, 2004.

MACHADO, Roberto. **“Por uma Genealogia do Poder”.** In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Os Pensadores. São Paulo: Abril, 2008.

MARCELLINO, Nelson C. **Introdução as ciências sociais.** São Paulo. Editora papyrus, 1987.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista.** 2º São Paulo: Martin Claret ,2008.

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

OLIVEIRA, Pésio Santos de. **Introdução à sociologia.** São Paulo: editora Ática, 2001.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** Nicos Poulantzas; tradução de Francisco Silva. -2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. **A sociologia clandestina de Antônio Candido.** São Paulo: Tempo Social, 2008.

SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Estado e Democracia: ensaios teóricos.** Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, coleção trajetória.1996.

_____. **O Conceito de Estado Burguês.** In: Trajectoria, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio.** 1ª edição. São Paulo: Atual, 2007.

TOSCANO, Moema. **Introdução à Sociologia Educacional.** 11ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 4ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2009.

_____. **“A política como vocação”.** In: **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 1968.

_____. **Economia e sociedade.** Brasília: 1991.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens.** São Paulo: Ática, 2006.

_____. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

APÊNDICE

APÊNDICE - A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DISCIPLINA: TCC**

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Leia as perguntas com atenção e responda aquilo que lhe for solicitado, em algumas questões pode-se marcar mais de uma alternativa.

Dados sócio-econômicos

Idade: () entre 18 e 24 anos () entre 25 e 34 anos () entre 35 e 44 anos () entre 45 e 55 anos () entre 55 e 66 anos () maior de 67 anos

Escolaridade:

() Fundamental incompleto () Fundamental completo () Nivel Médio Incompleto
() Nivel Médio Completo () Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduado

Sexo: () Masculino () Feminino

Renda Familiar:

() Menos de 1 salário mínimo () De 1 a 3 salários mínimos () De 4 a 6 salários mínimos
() De 7 a 11 salários mínimos () Mais de 11 salários mínimos

SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2008 NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

1- Você lembra em quem votou nas eleições de 2008 em macapá? Se sim em quem?

Sim ()		Para prefeito	
Não ()		Para vereador .	

2- Você conhecia o passado e histórico político do candidato em que votou?

() sim () não () parcialmente

3-Quais foram os principais motivos o levaram definir seu voto? Pode marcar mais de uma alternativa.

- As propostas e a experiência política do candidato.
- Oportunizar a quem ainda não havia ocupado cargo representativo.
- As bases políticas do candidato. (apoiadores)
- Interesse particular, favorecimento econômico ou político.
- Influência de amigos, parentes, vizinhos.
- outros. Quais?.....

Sobre a presença de famílias tradicionais politicamente, ou com poder político, no processo eleitoral de 2008 no município de macapá.

4- Como você observa e entende os aspectos a seguir?

sobre os efeitos desse aspecto para a sociedade e política local

- Como positiva, pois busca a efetivação de representantes da população, com mesmas ideologias políticas.
- Como negativa, sendo uma forma de consolidar e perpetuar determinados grupos no poder.

sobre a importância desse aspecto para os candidatos

- É um instrumento indispensável
- É um prejuízo para eles.

as condições de presença desse aspecto são entendida como

- Como uma realidade inevitável
- Como uma realidade evitável

outros

- Não observei esse aspecto nas eleições de 2008.
- Observei esse aspecto nas eleições de 2008, mas não vejo complicações resultante dele.

5- Na sua concepção o quanto essa prática (o apoio de famílias tradicionais da política macapaense) influenciou no resultado final das eleições de 2008?

- Foi determinante, visto que, representa uma vantagem para os candidatos.
- Foi importante mas não determinante.
- Não teve tanta importância.
- Não pode ser considerado como relevante.

() outros /Quais?.....

6- Quais as possíveis CAUSAS dessa prática? Pode marcar mais de uma alternativa.

() A busca pelo fortalecimento do poder econômico, político e social de determinados grupos.

() A busca pelo bem-estar da população, uma forma de atender às suas necessidades.

() Devido a instabilidade que o meio político oferece é uma forma de consolidação de bases políticas mais sólidas e assim o fortalecimento no poder.

() outros /Quais?.....

7- Quais as possíveis CONSEQUÊNCIAS dessa prática política? Pode marcar mais de uma alternativa.

() A consolidação de determinados grupos políticos, com bases familiares, no poder.

() Uma forma de garantia de entendimento político, uma vez que formam-se grupos com bases familiares e que conservam a hierarquia familiar tradicional no meio político.

() não consigo vislumbrar as possíveis consequências dessa prática.

() outros /Quais?.....

Sua participação é muito importante para o bom andamento e conclusão do trabalho, por isso, agradeço sua colaboração e atenção em responder as perguntas do formulário.